Eliane Brum



meus desacontecimentos

a história da minha vida com as palavras.

LeYa

DADOS DE COPYRIGHT

Sobre a obra:

A presente obra é disponibilizada pela equipe ***Le Livros*** e seus diversos parceiros, com o objetivo de oferecer conteúdo para uso parcial em pesquisas e estudos acadêmicos, bem como o simples teste da qualidade da obra, com o fim exclusivo de compra futura.

É expressamente proibida e totalmente repudíavel a venda, aluguel, ou quaisquer uso comercial do presente conteúdo

Sobre nós:

O ***Le Livros*** e seus parceiros disponibilizam conteúdo de dominio publico e propriedade intelectual de forma totalmente gratuita, por acreditar que o conhecimento e a educação devem ser acessíveis e livres a toda e qualquer pessoa. Você pode encontrar mais obras em nosso site: ***LeLivros.link*** ou em qualquer um dos sites parceiros apresentados neste link.

"Quando o mundo estiver unido na busca do conhecimento, e não mais lutando por dinheiro e poder, então nossa sociedade poderá enfim evoluir a um novo nível."

Ficha Técnica

Copyright © 2014 Eliane Brum
Todos os direitos reservados

Diretor editorial: Pascoal Souto
Editora executiva: Tainã Bispo
Produção editorial: Pamela Oliveira, Renata Alves, Maitê Zickuhr
Gerente de produção gráfica: Fábio Menezes

Preparação de texto: Alexander Buratti
Revisão: Luiz Pereira
Capa: Eiji Kozaka

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (cip)
Angélica Ilacqua CRB-8/7057

Brum, Eliane
Meus desacontecimentos : a história da minha vida com as palavras / Eliane Brum. – São Paulo : LeYa, 2014.

ISBN 9788580448429

1. Jornalistas – Biografia 2. Escritores – Biografia I.
14-0039 cdd 920.5

Índice para catálogo sistemático:
1. Jornalistas – Biografia

Este livro foi composto em Sabon e Fakt para a LeYa em março de 2014.

2014
TEXTO EDITORES LTDA.
[Uma editora do Grupo LeYa]
Rua Desembargador Paulo Passalácqua, 86
01248-010 – Pacaembu – São Paulo – SP
www.leya.com.br

meus desacontecimentos

“A menina é a mãe da mulher”.
(a partir de William Wordsworth)

Aos meus irmãos
(e à minha irmã)

nossa vida é nossa primeira ficção

COMO CONTADORA DE HISTÓRIAS reais, a pergunta que me move é como cada um inventa uma vida. Como cada um cria sentido para os dias, quase nu e com tão pouco. Como cada um se arranca do silêncio para virar narrativa. Como cada um habita-se.

Desta vez, fiz um percurso de dentro para dentro. Me percorri. Lembranças não são fatos, mas as verdades que constituem aquele que lembra. Recordações são fragmentos de tempo. Com elas costuramos um corpo de palavras que nos permite sustentar uma vida. Quem conhece as pessoas e as situações aqui contadas poderá rememorá-las por outros caminhos, a partir de suas próprias circunstâncias. Ao descrever aqueles que morreram, possivelmente confronto as reminiscências de outros. Os que ainda vivem talvez discordem do que neles adivinho porque enxergam a si mesmos de modo diverso.

Esta é a minha memória. Dela eu sou aquela que nasce, mas também sou a parteira.

prelúdio

LEMBRO QUE, quando tudo começou, era escuro. E hoje, depois de todos esses anos de labirinto, todos esses anos em que avanço pela neblina empunhando a caneta adiante do meu peito, percebo que o escuro era uma ausência. Uma ausência de palavras. Essa escuridão é minha pré-história. Eu antes da história, eu antes das palavras.

Eu caos.

o túmulo morto

DESDE O INÍCIO O MUNDO doeu em mim. Dentro, mas também fora. Alguns creem que as memórias da primeira infância ou são boas ou não existem, temerosos de que até o mito da infância feliz lhes escape. São os que preferem não lembrar. Eu lembro muito, sempre lembrei. E ainda hoje há noites, muitas noites, em que acordo com o coração descompassado. Sempre vou temer o retorno da escuridão, que para mim é o mundo sem palavras.

(Sempre e nunca, palavras totalizantes que sentam sobre as minhas frases. Proibidas no jornalismo, porque impossíveis. Em mim, elas dão conta de uma dramaticidade. Morrer sempre. Morrer nunca. Anulam-se as oposições e instala-se o drama.)

A morte é o mundo sem palavras. E é curioso que minha primeira lembrança seja a morte. Como se eu tivesse nascido morta. E a vida só tivesse acontecido alguns anos depois, quando eu já era um zumbi crescido.

Nasci não de um, mas de vários túmulos. O primeiro deles foi o corpo da minha mãe, assassinado pela morte da criança que veio antes. Uma menina, a primeira menina. Hoje compreendo tanto essa dor, jamais por inteiro, espero que jamais por inteiro. Não tive a coragem de perguntar, mas imagino o quanto deve ter sido aterrorizante para a minha mãe descobrir seu útero se expandindo, a pele da barriga espichando, o corpo habitado de novo, agora pelo pequeno *alien* que era eu. Deve ter sido assustador ver o que era morto viver, ou pelo menos parecer vivo.

Durante a infância minha mãe nos carregou, a mim e a meus irmãos, para o túmulo da filha que morreu. Minha irmã, a Maninha. E esse “carregou” tem mais sentidos do que o literal. Talvez minha mãe não pudesse acreditar e precisasse repetir, repetir, repetir. E a cada repetição, eu, a filha viva, sentia que a viva era a outra. E, mais morta do que viva, eu falhava em fazer renascer as partes ausentes da minha mãe. Só muito mais tarde eu descobriria que esta é a sina dos filhos que sobrevivem, chapinhando no lago escuro e sem fundo que é a dor sem consolo de pais órfãos.

Diante daquele túmulo, eu me esforçava para chorar, eu tentava sofrer pela

outra, mas não conseguia. Poderia ser uma cena de cinema. A menina pequena de vestido rodado, com uma chiquinha na cabeça, diante do túmulo de onde um anjo com asas a olhava. Mas, se alguém espiasse os meus pensamentos, saberia que eu sentia um alívio culpado pela morte da outra. Intuía que, se ela não tivesse morrido, eu não teria nascido. E mesmo torta, mesmo sendo um anjo de pernas tortas, eu queria viver. Mas não sabia como. Não ainda.

Sentia um medo quase paralisante, um medo ainda sem vogais e sem consoantes, de que minha mãe me trocasse se descobrisse um jeito de fazer isso. E que um dia fosse eu a filha morta que a família visitaria no cemitério. E ela, aquela que me olharia sem pena, vitoriosa, do lado de fora. Acho que foi aí que a insônia se alojou nas minhas noites. Eu temia que, se não me mantivesse vigilante, essa transmutação pudesse ocorrer nas costas dos meus olhos. Quando despertasse, seria eu a filha sepultada. Muitas foram as noites em que acordei berrando e me batendo nas paredes do berço, desesperada por luz. A pequena morte que é dormir, na minha fantasia, assumia a possibilidade concreta de tornar-se a morte definitiva. Eu veria a outra crescer do meu túmulo.

Eulápide.

a casa escura

MINHA FAMÍLIA VIVIA num apartamento velho quando eu nasci. Era grande e escuro, em cima da casa da minha avó. Do meu avô também, mas ele não contava. Essa casa ficava diante da praça, bem no centro. A praça era um ponto de armistício, território neutro a separar as duas grandes igrejas, a católica e a protestante. Ou a nossa e a dos alemães. Para mim, a sem relógio e a com relógio. Cenário (des)acomodado numa cidade de terra vermelha chamada Ijuí, no noroeste do Rio Grande do Sul. Uma cidade de uns 70 mil habitantes, onde na primavera o vento faz redemunhos sanguíneos na deserção do domingo. Uma cidade com domingos demais, domingos cheios de dentes.

Vivi nesse apartamento até os cinco anos. Eu o detestava, por causa do escuro, mas por pouco não morri quando tive de deixá-lo. Tudo para mim era muito mortífero, tudo era quase morte. Na véspera da mudança, meus rins se infectaram, e cheguei a ser desenganada pelo médico. Comigo no hospital, minha mãe teve de delegar a mudança ao meu pai.Desconhecido das coisas da casa, a qual habitava como um hóspede um tanto sonâmbulo, ele fez uma confusão que se tornou destaque na crônica familiar.

Essa é uma literalidade minha, que mais tarde as palavras atenuariam. Apenas atenuariam. Vivo tudo no corpo. Às vezes me perguntam o que aconteceria comigo se não existisse a palavra escrita. Eu respondo: teria me assassinado, consciente ou não de que estava me matando. É uma resposta dramática, e eu sou dramática. O que tento dizer é que, se não pudesse rasgar o papel com a caneta, ainda que numa tela digital, eu possivelmente rasgaria o meu corpo. E, em algum momento, o rasgaria demais.

(Em momentos transtornadores, como o que vivo enquanto reviso este livro, as palavras me exasperam com sua insuficiência e o corpo começa a doer de falta. Ao concluir a história – ainda em movimento – da minha vida com as palavras, perdi a consciência do meu corpo antigo e passei a colecionar desastres domésticos por calcular mal meus passos e meus gestos. Neste exato instante, busco caminhos para descobrir qual é o meu corpo, agora que me ofertei em letras a um leitor desconhecido. Investigo os contornos da mulher

oculta que, inquieta, espera para nascer. Com este livro, um corpo morreu. É preciso encontrar a forma de outro. Um percurso que, em mim, se faz com palavra e carne.)

Mas continuemos.

Meu pai tinha construído uma casa para se casar, como se esperava de um homem de bem, e plantado roseiras de várias cores, tão bonitas que vinha gente espiar nos finais de semana. Quando minha irmã morreu de uma doença misteriosa, com apenas cinco meses de vida, foi velada nessa casa. Aprendi a reconhecer minha irmã nas fotos, minha irmã loira de olhos azuis que eu estudava durante horas nos álbuns de família. Procurando, procurando. O que eu tanto procurava?

Só tarde demais, para minha irmã e para todos nós, o que a matou em menos de 24 horas foi diagnosticado como um tipo raro e fulminante de meningite. Na maldade da cidade pequena, que eu tão bem conheceria depois, ao engravidar aos quinze anos e me recusar a casar, minha mãe foi culpada. Teria deixado leite estragado na mamadeira, comentavam. E, para a banalidade do mal, como nos mostrou Hannah Arendt, sempre bastou a ação de alguns e a omissão de todos os outros. Ela sabia que não, a minha mãe, mas talvez em algum momento tenha começado a acreditar que só poderia ser culpa dela, que tantas bonecas tinha sepultado na infância, menina que não queria repetir a sina das mulheres do seu tempo, menina quase menino.

Para minha mãe, tornou-se insuportável viver entre paredes que tinham velado a filha morta. A casa foi deixada para outros. As roseiras morreram, e ninguém as velou. Meus pais e meus dois irmãos mais velhos mudaram-se para o apartamento onde, cinco anos depois da morte de minha irmã, eu nasci para reatar os fios. Mas como, se já nasci partida?

Dizem que meu pai quebrou um vaso do hospital ao saber do meu nascimento. Meu pai, tão sério, tão contido, quebrou.

Era eu o vaso quebrado? Quinze anos depois, quando eu mesma me abri para parir uma menina loira de olhos azuis, me senti um vaso quebrado. Eu era cacos, mas meus sanguinolentos cacos de carne não formavam nenhum vitral. Ou pelo menos não um que eu pudesse enxergar. Eu fechava os olhos e só via cacos. Vaso ruim não quebra, me diziam. Quebra, quebra sim, eu queria dizer.

Por muitos anos, muitos, fui esse vaso quebrado, até me surpreender um dia pensando em mim sem ser como cacos de mim. Mas esta é uma história que vem depois. Quando se escreve memórias de palavras, os tempos se misturam. O passado não existe, assim como o futuro. O que há é um eu inventando um

passado e um futuro, no presente. Que em seguida escapa. O presente como um tempo que não existe, uma impossibilidade lógica. A primeira vez que vi um cachorro perseguindo o próprio rabo, em círculos cada vez mais apertados, me comovi até as lágrimas. Tantas vezes acreditei estar avançando, mas apenas retornava à infância, em círculos cada vez mais apertados. E este, apesar do que parece, é todo o avanço possível. Até morrermos em posição fetal.

A percepção de que o mundo era um túmulo me fundou. Minha primeira memória é a escuridão desse apartamento enjambrado, onde o sol pouco entrava. Me vejo sentada no chão, perto da porta, gritando até minha avó vir me resgatar com suas pernas artríticas. Eu era uma criança silenciosa, que quando abria a boca gritava sem parar. Silenciosa e gritadora, acho que sou assim até hoje.

Em contraposição a essa realidade sem luz, eu tinha pela memória dos outros a casa ensolarada dos tempos felizes da minha família, dos tempos em que ela ainda não havia sido bafejada pela morte. A casa construída com amor pelo meu pai nos finais de semana de folga. A casa com jardim. Muitas e muitas vezes eu fiz meu pai repetir como eram aquelas roseiras de várias cores. E admirava as mãos do meu pai, capazes de criar rosas de até quatro cores, na mesma flor.

Essa irmã, que era um túmulo no cemitério, um túmulo que ninguém da família conseguia fechar, muito menos eu, havia me roubado a casa, o sol, as roseiras, a luz. Passei a infância pedindo ao meu pai que plantasse roseiras, mas já não havia onde. Percebo agora que nunca perguntei ao meu pai como era ser um homem sem rosas. Como é, pai, como é ser um homem sem rosas?

A dor do meu pai era calada e só há pouco, ao abrir uma pequena caixa de madeira onde ele guarda suas medalhas de colégio e outros dos pequenos grandes detalhes de sua trajetória, descobri um pedaço de jornal cuidadosamente recortado. Era o anúncio da morte da minha irmã. Da filha deles. Meu pai tinha dado um lugar para aquela morte, um lugar de vida, naquela caixinha em que vitórias e derrotas se misturavam. Ele tinha quase oitenta anos quando me contou que, depois que a sepultaram, seguiu-se uma noite de tempestade. Na casa onde velaram a filha, ele e minha mãe se agarraram um ao outro, náufragos, varados de dor imaginando seu bebê tão pequeno, tão indefeso, sozinho no meio do aguaceiro.

Enquanto acreditei em Deus, e só acreditei até os onze anos, eu rezei antes de dormir por um milagre: acordar no dia seguinte com olhos azuis e cabelos loiros como os da minha irmã. Quando amanhecia, eu saltava da cama e corria a me olhar no espelho. E lá estava eu, marrom e imperfeita.

Décadas mais tarde, entre 2008 e 2010, eu empreenderia como repórter uma travessia funda pela morte. Não a morte violenta que está nos jornais, mas a morte silenciada – e silenciada por ser a morte que a maioria de nós terá. A morte por doença, a morte por velhice. Na primeira reportagem, acompanhei Ailce de Oliveira Souza, uma mulher com um câncer incurável, nos derradeiros 115 dias da sua vida. Na última, testemunhei a rotina de uma unidade hospitalar de recém-nascidos que, por malformação ou por doença, morreriam ao nascer ou mesmo antes, às vezes um pouco depois. Só naquele momento, ao apalpar a dor das mulheres cujas crianças viveram mais no seu desejo do que na vida, alcancei a soleira da dor da minha mãe por aquela filha. Maninha não tinha vivido apenas cinco meses, já que o tempo de um filho não se mede por dias, meses ou anos. Um filho é mundo sem tempo. Eu estava diante de mulheres empaladas pela dor. O resto era mal-entendido. Há mal-entendidos demais numa vida humana.

irmãs

MINHA IRMÃ ME DEU UMA *bio*, já que eu não nasceria se ela não tivesse morrido. Eu agora lhe dou uma *grafia*. Aqui consumamos nossa fusão, mas também a separação definitiva.

a novela de rádio

DA PORTA DA COZINHA MINÚSCULA, espio a empregada escutando a novela de rádio em pranto soluçado. Seu rosto é borrado na minha memória. Lembro apenas do choro. Pergunto a ela por que chora tanto, e ela me conta, fungando, as desventuras de uma mulher linda, doce e loira que é amada por um homem belo, forte e corajoso. Alguém bem malvado tenta separá-los. E por isso ela chora.

Em minhas lembranças, me vejo vendo a cena. Vejo a imagem de baixo para cima, porque eu era muito pequena. Aquela moça, que tinha uma vida tão dura, e isso eu também já era capaz de perceber, soluçava por uma mulher que morava dentro do rádio. Pressenti ali o que só racionalizaria muitos anos depois: o poder da história contada.

Detive-me na estranheza daquele pranto, que me intrigava. Quando eu chorava, era por impossibilidade de conter dor ou mágoa, como quando derrubei uma chaleira de leite fervendo nas pernas. Mas o choro dela era outro. Apesar de todos os percalços sofridos pela heroína, a empregada queria ser aquela moça. Desejava ser amada por aquele homem e desejava até mesmo ser impedida de ser feliz. Dessa vez não pela miséria da sua vida, mas por um vilão explícito, um que podia nomear e odiar. É evidente que eu não enfileirava os sentidos dessa maneira, mas adivinhava a diferença e o mistério, ainda que com meus precários recursos. E assim me mudei durante o dia para aquela cozinha do tamanho de uma cela.

Eu dormia no quarto da empregada. Ou ela no meu. Como meus pais trabalhavam nos três turnos, dando aulas para nos sustentar, parecia o arranjo mais lógico para que ela me cuidasse à noite. E eu sempre acordava nas madrugadas, e sigo acordando até hoje. Eram essas moças – e foram muitas – que me levavam ao banheiro no meio da noite quando eu chorava.

Exaustas porque tinham trabalhado o dia inteiro, e eu não era a filha delas, elas eram quase sempre ríspidas, varadas de cansaço e raiva nem sempre contida. Seguidamente eu acordava em pânico, debatendo-me contra as grades do berço, até que elas acendiam a luz, e eu voltava a respirar. Elas não gostavam

de mim, essa criança esquisita e sempre à espreita. Mas tínhamos nossas tréguas. E a novela de rádio era uma delas.

Eu sentada num banquinho, ela encostada na pia, esquecida do serviço, acompanhávamos as peripécias da heroína, dia após dia, até o catártico final feliz. Que, por paradoxal que fosse, era também um pouco triste, porque depois dele havia só a nossa vida. E nela, a tristeza, assim como a felicidade, eram mais cinzas. Mas em seguida vinha outra, e podíamos voltar a viver na fabulação, mais do que no real, que não agradava nem a uma, nem a outra.

A cozinha, na minha memória, era o lugar mais iluminado da casa. Ali, ouvindo a novela de rádio, me sentia aquecida. Lembro que não entendia muito bem o enredo, mas a moça, para todo o resto impaciente, me explicava quantas vezes fossem necessárias. Mesmo quando eu perguntava pela enésima vez como pessoas moravam dentro do rádio. E, mais de uma vez, tentasse desmontá-lo para ver se descobria um jeito de entrar. A moça partia, outra vinha, a novela permanecia como um laço possível.

O rosto fechado da empregada se abria enquanto escutava as (des)aventuras de personagens que, para ela, eram mais reais do que eu. Não posso dizer que compreendia o que se passava, mas entendia o suficiente para registrar que algo de extraordinário acontecia com as pessoas quando elas ouviam histórias. Acho que a empregada escutava a novela, e eu escutava a empregada. Naqueles minutos que duravam cada capítulo, aquela moça não apenas queria ser a heroína, mas se tornava a heroína. E isso a transformava numa pessoa melhor naquele curto armistício entre nossos ódios, ambas prisioneiras da casa enlutada.

Eu já sabia naquele tempo que meu destino tinha sido alterado por uma novela de rádio. Mas só alcancei a enormidade do acontecido quando passei eu também a acompanhar as novelas. O nome escolhido para mim antes de eu nascer era Isabel Cristina. Minha mãe procurava algo que combinasse com Cristina, porque Cristina era uma tia muito querida que cuidou do meu pai quando ele se descobriu órfão. Assim que encontrou uma combinação que lhe pareceu harmoniosa, uma nova novela de rádio foi ao ar e a heroína era justamente Isabel Cristina. Minha mãe desistiu do nome, temerosa de que nascessem Isabéis Cristinas demais no mundo, o que demonstrava uma tentativa amorosa de me destacar na multidão. Mas eu não entendi dessa maneira. Para mim, minha mãe me negara um nome de heroína. Das mães, como se sabe, é preciso arrancar-se. Um parto só não basta, poderia dizer Laura, a personagem de meu primeiro romance.

E assim virei Eliane. Eliane Cristina. E meu nome talvez tenha sido a primeira palavra que odiei. Reneguei-o desde que me lembro de mim. Segundo a lenda familiar, minha primeira frase completa foi: “Meu nome é Ani”. (Com “i” no final, decidi quando aprendi a escrever, porque queria que fosse um nome meu, e não o final de “Eliane”.) Muito mais tarde, por um desentendido causado por um psiquiatra medíocre, acabei renunciando ao “Ani”, pelo qual fui chamada por todos até me tornar adulta. O tal psiquiatra achava que a minha “cura” (sabe-se lá de quê...) estava em aceitar o nome com o qual tinham me registrado. E, por azar, ele chegou a essa apoteótica conclusão no momento em que comecei a assinar minhas primeiras matérias no jornal. Ao assinar, assinei.

Cristina matei muito antes, tão logo pude. Se amava minha tia Cristina, e eu a amava, a possibilidade de repetir o seu destino me assombrava. Minha boa tia Cristina amargava um marido bêbado, sem jamais lembrar-se de que poderia deixá-lo. Talvez porque não pudesse. E nunca soubemos onde ela enfiava tanta resignação até o dia em que teve um derrame. Esse marido não era nem mesmo mau, mas ninguém tinha qualquer ideia sobre o que fazer com um bêbado naquele tempo. Penso que meu tio sofria, mas até hoje, naquele mundo rural, o alcoolismo é uma falha de caráter. Suficiente para um desprezo público ou uma tolerância condescendente, insuficiente para qualquer ajuda.

Quando nosso fusca verde-milico apontava no portão do sítio onde tia Cristina vivia, ela saía correndo de dentro da casa para nos receber, como se não houvesse nada mais importante no mundo que a nossa visita. Sorrindo, sempre sorrindo, quando queria mesmo era chorar. Instalava diante de mim um prato de doces feitos por ela com as sobras do leite das vacas, e eu agarrava um punhado para comer lá fora no sol, onde o cheiro da terra aquecida se misturava ao do esterco e ao da pele dos bichos. Eu sabia que esse cheiro quente e preguiçoso era a porção viva da minha tia. Cristina, essa mulher que nunca magoou ninguém exceto a si mesma.

Eu era rodeada por mulheres bondosas demais, e tristes, muito tristes. No mundo onde eu nasci ser mulher era suportar a vida. O fardo, a cruz, dia após dia. Essas eram as santas, as putas não me eram apresentadas. Eu não queria ser uma santa, muito menos uma cristina. Minha tia Cristina levava a sério demais o fato de seu nome ser o feminino de Cristo. E eu também levei a sério o suficiente para decidir que ser uma cristina não era nem meu gosto, nem meu destino, menos ainda rima ou solução.

Era para eu ter nome de heroína de novela de rádio. Em vez disso, ganhei um Eliane que nada dizia e um Cristina que dizia demais. Até hoje tenho inveja de

todas as Isabéis. Cada amiga que engravida já sabe que vou tentar impingir um Isabel caso nasça menina. Mas parece que só eu percebo o quanto Isabel é um nome perfeito, quase um achado melódico de Tom Jobim, ao ser pronunciado como se fosse uma única sílaba, sem ser travado por nenhuma vogal ou consoante. Um nome que é um sopro – e uma promessa. Para mim, jamais cumprida.

Ao escutar a empregada escutando a novela de rádio, Eliane Cristina talvez tenha anotado em alguma dobra interna a ideia de que, para viver, contar é preciso. Se ela fosse capaz de ligar uma narrativa na outra, a moça seria feliz por um dia inteiro e dia após dia. E assim não a deixaria no escuro ou amarrada debaixo da mesa, como às vezes acontecia, sem que a mãe soubesse. Eliane Cristina nunca tinha ouvido falar das mil e uma noites. Mas talvez as meninas já nasçam com uma Sherazade sussurrando nos ouvidos. A guria nomeada com equívocos percebeu que, no dia em que se tornasse capaz de emendar uma história na outra, não precisaria mais temer perder a cabeça. (Ou tornar-se aquela presa no túmulo.)

A novela de rádio rompeu a escuridão da casa-túmulo como um daqueles raios de sol que se enfiam por um buraco da parede e fazem nascer flores em ruínas de guerra. As palavras rastejaram para dentro das minhas orelhas com suas unhas compridas, raramente limpas, e me contaminaram para sempre. Foi ali que comecei a me tornar uma escutadeira que conta. E conta. Para contar.

as cartas de amor

MINHA AVÓ MATERNA era uma figura pequena, de cabelos bem pretos, descendente de uma família de Veneza. Não tinha qualquer semelhança com aquelas italianas de formas suntuosas, como Sophia Loren ou Monica Bellucci. Nela, tudo era contido, até as carnes.

A mãe dela morreu no parto, o que tornou minha avó culpada a *priori* por todas as desgraças que pudessem acontecer a ela e aos parentes pela vida afora. E além. Andava pelo mundo em passinhos de feltro, pedindo desculpas por existir. Comedida em tudo, só esbanjava suspiros. Mas, quando acreditava que ninguém estava olhando, deixava escapar pela esquina dos olhos um desejo agoniado por um mundo mais largo. Morreu sem conseguir tornar-se o lado B de si mesma.

Era essa avó que me resgatava da escuridão do apartamento e me instalava entre as plantas de um jardim que ela cultivava com a fúria de quem semeava insurreições em terra de dentro. Ou me deixava ficar entre os bibelôs de sua casa, pálidos sobreviventes de um tempo em que ela acreditava em futuro. Deitadas na cama, lado a lado, ela me contava todos os causos de Pedro Malasartes, esse matuto cheio de lábia de um Brasil ingênuo, mas também brutal. Eu pedia sempre e sempre que minha avó repetisse as histórias, só para vê-la gargalhar. Pedro Malasartes era um dos poucos, talvez o único homem do planeta, que conseguia fazer minha avó, esquecida pela felicidade, rir de perder o fôlego. Vó, conta de novo, fingia eu que esquecia, só para vê-la sacudir-se inteira e profanar a si mesma.

Em sua máquina de costura, ela inventava maravilhas com restos de tecidos de texturas variadas e até mesmo com sobras da industrialização que recém-começava a assombrar a cidade. Minha avó achava as embalagens dos produtos uma coisa do outro mundo, bonitas demais para virarem lixo. Seus netos tiveram capas de chuva feitas com saquinhos de leite que hoje fariam a glória de uma grife despojada. E minhas bonecas sempre foram elegantes. Tinham não apenas vestidos, mas capas.

Mas o melhor da minha avó eram as histórias urdidas com retalhos pinçados

do território sem fronteiras do ontem. Ela era cheia de contos, e eu tinha ouvidos gulosos. Desde pequena, sou capaz de permanecer horas só escutando, sem a necessidade de falar de mim mesma. Pelas fábulas de família minha avó resgatava um pretérito que nunca teve. Se não era possível alcançar um amanhecer mais próximo de seus suspiros, ela compensava alinhavando seu antes com linhas bem coloridas, às vezes extravagantes. Minha avó sabia que, para algumas vidas, é mais fácil mudar o passado que o futuro.

Minha história preferida contava de um antepassado pirata que se enrabichou por uma princesa africana. Depois de uma rebelião naquela terra de lonjuras e da qual nome nenhum nos alcançou, a família real fora morta. O tetraqualquercoisa de minha avó escapou pelos mares com o tesouro do reino. E depositou toda a fortuna em ouro e pedras preciosas num banco de Londres.

Não sei o quanto é verdade, o quanto é lenda. Não acho que faça alguma diferença para os significados daquela velhinha em formato de bibelô que perdia os movimentos das pernas, sentada numa cozinha vazia. Um primo querido de minha avó chegou a viajar várias vezes a Londres na tentativa de desenlear a fortuna. Fracassou. O curioso é que ninguém jamais mencionou a possibilidade de devolver o dinheiro pilhado. Ou questionou por que nosso intrépido antepassado fugiu com o tesouro – e não com sua amada princesa (ou ao menos com ambos). Essas dúvidas emergiam da minha cabeça, mas eu as empurrava de volta, temerosa de atravessar o frágil alinhavo da minha avó com os pontos de linha preta e grosseira que às vezes tomavam conta do meu cérebro inquisitivo. Passei a infância esperando ficar milionária a qualquer momento, herdeira de um conto tão fantástico como os que eu lia.

Minha avó descendia de uma família que falava com os mortos. Não como algo assustador ou sobrenatural, mas como parte da rotina da casa. Não havia fronteiras entre o mundo de cá e o de lá. Nem grandes revelações. Eram fantasmas bem domésticos. Os mortos seguiam na mesma toada de quando ainda eram vivos, arrastando pela casa seus chinelos de fumaça, assim como seus hábitos e seus arrependimentos. A diferença se dava no fato de que ninguém mais precisava gastar com seu sustento. E recebiam ainda menos atenção do que quando vivos.

Quando meu tio-avô Graúna morreu, costumava aparecer pela casa ecoando não grilhões, mas melancolia. Esse tio com nome de passarinho era também um homem com tantas histórias quanto células no corpo magro e miúdo. Vivo, já me parecia bem etéreo. Morto, me travava a garganta com um choro delicado, daqueles que começam e sabemos que jamais cessarão, como um vazamento no

lado de dentro. Sempre me senti assim, vazando no lado de dentro. Úmida e salgada.

Tio Graúna consumiu-se inventando geringonças e, segundo dizem, sendo enganado nas patentes, como se conta de todos os inventores que gastaram a existência esperando na janela uma fama que nunca veio. Quando vivo, havia uma bondade boiando em seu rosto, o olhar desligado das praticidades do mundo. Quando morto, sua mulher, uma carioca opulenta e despachada, costumava escorraçar sua espectral figura ao encontrá-lo zanzando sem rumo pela casa. “Vai-te embora, Graúna, já avisei que não te quero aqui.” Não maldosa, apenas prática, sem tirar o olho do que estava fazendo. E lá se ia meu tio-avô, obediente mesmo depois de morto.

Herdei essa lucidez ou essa loucura, para mim tanto faz, e proseio com a minha avó nas tardes em que o sol entra pela janela e penso vê-la já desencurvada de suas dores terrenas. Quando comprei um apartamento, em São Paulo, carreguei o maior número de móveis e objetos dela que consegui resgatar para que ela pudesse se sentir em casa. Entre eles sua cristaleira, onde acomodo as recordações de viagem, assim como os presentes das travessias de outros. É minha tentativa de fazer com que a alma da minha avó, que tanto ansiou por aventuras romanescas, possa dar a volta ao mundo.

Essa avó nunca pôde suportar seu nome de registro, Vitalina. Teve com ele um raro arroubo de rebeldia. Não sei se por achá-lo feio ou por crer não o merecer, justo ela, que ao existir roubou a vida da mãe. Como era costume na época, no batismo ganhou outro nome: Teresinha. Essa alcunha de santa ela preferia, mas tampouco lhe caiu bem. Se foi feliz, e desconfio que foi em algumas passagens, especialmente quando contava histórias, ela não soube.

Minha avó foi criada por parentes, em Porto Alegre, enquanto seu pai escalou o mapa em busca de outra mulher e filhos sem passado. Embora polvilhada de provincianismos, a capital gaúcha era um lugar com possibilidades para uma mocinha de família. Aluna aplicada e leitora esfomeada, minha avó sonhava ser professora.

Quando faltava um ano para conquistar o diploma de magistério, a tia que a criava adoeceu. Minha avó foi obrigada a deixar a escola para cuidar de sua mãe postiça. Nunca mais voltaria. Não sei se foi nesse ponto ou muito antes, ao ouvir incontáveis vezes que a mãe morrera ao lhe dar à luz, que acolheu um sentido de fatalidade que se agarraria a ela como uma segunda pele.

Eu a conheci já com seu ar de atriz de cinema mudo, suspirando por uma vida que jamais seria sua. Personagem trágica, a quem todas as dores do mundo

ainda seriam poucas, ela estava sempre pronta a abraçar uma tristeza nova. E como o sofrimento era mercadoria valorizada naquele meio tão cristão, foi amealhando pela vida uma aura de santidade. Ela, que se adivinhava tão má, poderia ouvir pelo resto dos dias como era boa, bastando para isso dar em troca somente a alma.

Na minha adolescência, eu e ela escapávamos para algum canto nas festas de família para fumar e beber cachaça escondidas. Era quando eu descobria que um espírito insurreto ainda respirava dentro da santa da minha avó. Depois, ela voltava a ser uma velhinha resignada, virando estátua no sofá da casa dos filhos.

Quando a saúde da tia melhorou, minha avó foi despachada para passar uma temporada com um parente em Ijuí. As fotos mostram uma mocinha pequena, de cabelos pretos em corte de melindrosa, enfiada em vestidos de capital. Apresentou-se logo como Teresinha, e poucos sabiam que nela também habitava uma Vitalina.

Para seu azar, meu avô tinha acabado de romper o noivado com uma moça por quem era loucamente apaixonado, por uma razão que lhe pareceu tão justa quanto irreversível: ela tinha cortado o cabelo sem sua autorização. Espezinhado até os testículos, que ele acreditava grandes, por essa falta de consideração, meu avô achou uma boa ideia se encantar por aquela porto-alegrense a passeio.

Depois de alguns bailes, olhares e bem pouco mais, minha avó começou a receber lindas cartas de amor, escritas numa caligrafia impecável e em português da melhor estirpe. Era meu avô. E como ele sabia falar à alma feminina. E com que delicadeza de sentimentos o fazia.

Minha avó não podia compreender. Como havia deixado de captar naquele italiano alto e bonitão, com voz de barítono, aquela cascata de pensamentos que se derramava pelas cartas e começava a encharcar seu tão carente coração? A cada página, seu arrebatamento crescia. Até que sucumbiu, respondendo na caligrafia elegante de uma quase professora que aceitava ser acolhida por ele no altar e na vida.

Teresinha casou-se por amor com Antonio. Confiando que seria feliz como nos romances que colecionava, trazidos com ela na bagagem e perdidos depois da sua morte. A noite de núpcias foi acompanhada pelos dois ouvidos (e mais alguns, se ela os tivesse) de sua sogra, bem acordada no quarto ao lado, em casa de madeira projetada para ranger. Quando a cama de molas dos noivos gemia, dona Carlota gritava de sua fria cama de viúva: “Tooooni, o que tu tá fazendo?”.

Nove filhos e ela não sabia.

Minha avó cuidaria dessa sogra até a morte, com sua alma de pagadora de promessas que não fez. E nonna Carlota passou dos cem anos graças a uma dieta de vinho, polenta e salame. Lembro dela como uma velhinha quebradiça, com cabelos de um branco absoluto, que lhe batiam quase nos joelhos, penteados em duas tranças enroladas na cabeça. Sempre enfiada no mesmo vestido preto com florzinhas brancas de mulher que morre com o marido.

A da carne foi só a primeira inocência perdida pela minha avó, num sentido mais profundo do que um hímen pode conter. Depois de uma noite de núpcias mais distante de seus sonhos do que a lua, ela descobriu que havia se enamorado da cunhada.

Hipólita, a mais letrada irmã de Antonio, era quem tinha trocado cartas com minha avó. E por isso entendia tão bem de literatura e de uma alma de moça. Meu avô era analfabeto. E analfabeto morreria muito depois dela, aos 98 anos, na companhia daquela que tinha sido sua amante mais regular e por fim uma esposa que lhe botou cabresto. Antes disso, fez o favor de batizar uma ruazinha bem chinfrim com o nome que minha avó odiava: Vitalina.

No espaço de um segundo, a moça da capital que sonhava ser professora descobriu que entre o homem das cartas e o homem da vida não havia nada além de uma sentença de casamento que, naquela época, tinha validade eterna. A falta de letras do meu avô avançava muito além do alfabeto, já que são muitos os iletrados que fazem literatura pela boca, porque donos de palavras que apenas não se escrevem. Meu avô a rigor não era um analfabeto, faltavam-lhe as vogais da alma.

Não se interessava por romances nem por sutilezas. Para ele, a vida parecia bastante simples. Bastava uma bela polenta, uma mulher bonita que soubesse fazer uma bela polenta, uma caçada de codornas (para comer com uma bela polenta, na companhia de uma mulher bonita). A única vez em que o vi esboçar algo próximo à delicadeza foi ao se deparar com um filhote de veado que chorava ao lado do corpo da mãe. Meu avô a tinha matado com sua espingarda e seus cães. Ele nunca se esqueceu dos olhos do órfão. Foi a sua versão de Bambi.

Não alcanço o que minha avó sentiu, ali, tão sozinha quanto alguém pode ser numa vida, entre as nuvens de poeira vermelha da roça de Ijuí. Como uma Cinderela às avessas, ela seria para sempre gata borralheira, entre porcos e galinhas, casada com um estranho que não só a desconhecia como sequer suspeitava que teria sido gentil desejar conhecê-la.

Não sei como ela ancorou na manhã seguinte e seguiu adiante. Em seus negros olhos perdidos, os mais tristes do mundo, era possível adivinhar o quanto de alma minha avó deixou. Naquele segundo fatídico em que a vida acabou, mas ela seguiu respirando.

As cartas de amor da minha avó provam que não há reparação para a palavra escrita. Essa foi uma lição definitiva para a neta que um dia se tornaria repórter e contaria histórias de gente. Eu sempre soube que, se errasse – e algumas vezes errei –, não haveria maneira de reparar.

Pela memória da minha avó, aprendi a escrever com a ponta dos dedos. Até hoje durmo em sobressalto na noite entre o fechamento e a chegada da reportagem às bancas (ou à internet), com medo de ter me equivocado em algum detalhe, causado dano irreparável a alguém.

Hipólita, a amante secreta da minha avó, tão secreta que minha avó só descobriu depois, era uma mulher diferente. Nunca soube o quanto. Mas ela era forte. Abriu na cidade uma escola de datilografia. Assim como meus irmãos, ao completar onze anos eu fui matriculada para aprender a pilotar uma máquina de escrever, e cumprir a segunda regra imutável do meu pai. Aos dez anos, ganhávamos o primeiro relógio (que deveria ser o único da vida inteira), aos onze aprendíamos datilografia. Eram velhas Remingtons negras as da tia Hipólita. Duras como ela. Às vezes eu enfiava meus dedos entre as teclas e me lambuzava de graxa, sob seu olhar implacável.

É eloquente alguém que selou um destino alheio com bela caligrafia ter preferido trocar a caneta-tinteiro pelas teclas impessoais da máquina de escrever. Escreva, escreva furiosamente, ela parecia dizer, mas escreva sem tocar o corpo. Eu compreendi. E aprendi. E me tornei uma datilógrafa incrivelmente rápida, do tipo que conhece as teclas na intimidade e se movimenta por elas sem olhar. Mas, para mim, e eu nunca tive a chance de dizer a ela, é corpo. Hipólita, rainha das amazonas, quero que você saiba, ainda que já não viva. Arrastaremos para sempre os cadáveres de nossas letras.

Enquanto escrevo, minha avó me observa sem nada dizer. Instalei minha escrivaninha-xerife bem ao lado de sua máquina de costura. Mantenho as linhas, as agulhas e os dedais intactos, na impecável organização que ela deixou ao morrer. Invento para mim mesma que ela se orgulha de mim. E confidencio, malvada: “Vó, tirei o acento do nome dele no livro que estou escrevendo. Homem como ele não merece chapéu”. Adivinho-lhe um sorriso maroto, um que aprendeu com Pedro Malasartes.

Minha avó agora deu para sentar-se em cima da máquina de costura, e não na

cadeira. Nos entendemos. Nós duas já combinamos que o tempo de santa dela acabou.

as mulheres-flores

AS MULHERES DA MINHA FAMÍLIA gestavam jardins furiosos. Havia algo de inquietante naquela selva para a qual me carregavam, e onde eu me sentia mais viva do que em qualquer outro lugar da infância. Ainda sem perceber que era lá que o coração daquelas mulheres pulsava em desatino, para onde escapavam de um corpo em que o desejo fora sepultado sob a lápide do casamento, das convenções e dos dias. Era lá que seu sexo pulsava, úmido e quente, devorando e sendo devorado, enquanto elas ajeitavam os bobes no cabelo.

A primavera da minha infância habitava, mais do que qualquer outra geografia, o jardim de uma tia chamada Ivone. Essa tia havia sido uma das moças mais belas de Ijuí, com olhos verdes de gata brava, pele de leite e um cabelo noturno. Ela parecia a Ava Gardner, ouvi infindáveis vezes dos mais velhos, num tom de admiração e lamento, porque ninguém com aquela aparência merecia sofrer tanto quanto ela.

Minha tia cuidava de uma filha que não caminhava, não falava, mas percebia a vida ao redor. Foi seu segundo parto e não ocorreu ao médico que ela tinha Rh negativo e uma primeira criança com Rh positivo, o que poderia causar eritroblastose fetal. Um erro tão prosaico para a medicina e tantas vidas assinaladas.

Esse parto trágico reduziu minha tia a uma administradora de dias determinados por horários e gemidos. De sósia da Ava Gardner, ela se transformou sem escalas na “pobre mãe de uma filha excepcional”. Na cidade pequena, os papéis atribuídos a cada um são de cimento. Ou arranca-se essa máscara colada no rosto como se fosse pele ou acabou-se.

Imagino que minha tia não tenha vislumbrado escolha. Quando eu nasci, esse lugar cimentado já era dela. O jardim nasceu logo depois. Se no cotidiano ela se resignou aos canteiros ordenados da aparência, às cores discretas e às combinações comportadas, seu quintal era uma subversão da ordem. Lá ela plantou de tudo. E tudo misturado. Deixava essa babel exuberante crescer e multiplicar-se segundo os humores de cada espécie e fingiu não ver quando outras, alienígenas, imiscuíram-se pelos muros. Enquanto entre as paredes da

casa ela encarcerava suas grandes esperanças numa fachada de resignação, nos cantos sombrios de seu jardim o coração da minha tia batia com fúria. Na violência daquelas plantas entrelaçadas, crescendo sem poda e sem propósito, ela protegia sua porção vital. Impedia que a tragédia da vida, não como ela é, mas como nos obrigam a acreditar que seja, arrancasse o melhor dela fingindo ser erva-daninha.

Havia flores comestíveis e outras carnívoras, frutas de formatos e cores esquisitos, regiões com plantas tão fechadas que aranhas e insetos desconhecidos se reproduziam em cenas de sexo violento e explícito assistidas por mim e pela minha prima com olhos estalados. Nesse espaço de liberdade, como uma criança sem tempo, eu comia flores, mastigava formigas e testemunhava os louva-a-deus perderem literalmente a cabeça durante a cópula. Não era um jardim, era uma floresta. Darwin poderia ter construído pelo menos uma parte de sua teoria sem sair do jardim da minha tia.

Eu dormia em casa, mas, sempre que podia, consumia os dias ali. E me consumia enquanto “as estações se sucediam, produzindo nada além de si mesmas”. A cruel padronização da vida no lado de fora dos muros só era suportável porque eu podia me entregar ao caos da vegetação indomável daquele jardim. Não era capaz de racionalizar, mas sentia que apenas o caos fazia sentido. A vida se dava no descontrole, não nas regras que regiam uma cidade que era o mundo inteiro. De algum modo, o jardim manteve intacta uma porção da minha sanidade. Da infância, somos todos sobreviventes.

Ao crescer, perdi o jardim. Ele continuava lá, mas eu já não era capaz de enxergá-lo. Minha tia seguiu cavando e plantando. Ou fingindo que plantava, porque o jardim era livre, desacomodado num desvão da lógica. À medida que as pessoas foram morrendo ou partindo ao redor dela, mais e mais voraz o jardim se tornava. Já era difícil adivinhar os contornos da casa perdida naquele mato. Minha tia restou sozinha em seu jardim com uma casa no meio, por muitas estações. Há alguns anos, teve de vender a casa, o terreno... o jardim, para que lá construíssem um prédio. Em troca, lhe deram um apartamento.

Para todos parecia uma ótima ideia se livrar de uma casa velha e de um matagal. Menos para minha tia. Nunca perguntei a ela como se sentiu ao assistir ao sepultamento do seu jardim por um prédio-túmulo. Quando fui visitá-la, ela me apresentou seu apartamento. Fiquei aliviada ao perceber que as plantas já começavam a subverter os cômodos. O coração selvagem seguia batendo no peito da minha tia.

O jardim ainda existe, em seu lado de dentro. Nessa topografia interna, ela

para sempre será, como Jean Cocteau disse de Ava Gardner, “o mais belo animal do mundo”.

* * *

Diante dessas mulheres que se insubordinavam em verde, com suas coxas de plantas e suas vaginas de flor carnívora, era previsível que eu desejasse o meu próprio jardim. Durante minha primeira infância e até começar a botar corpo de mulher, eu sonhei com um jardim só meu. Penso que acreditava ser capaz de recuperar as roseiras do meu pai, a casa de idílios e um tempo sem luto. Mas percebo ainda que havia algo do feminino que eu intuía que só poderia florescer em território próprio.

Quando meus pais anunciaram que na casa nova voltaríamos a ter um jardim, algo em mim se reparou, como artérias rompidas que se recosturam por dentro em velocidade acelerada. Era um sobrado, em formato de caixa. Durante a construção, eu olhava a vista do meu quarto e enxergava lá de cima o que para mim era um bosque. Árvores retorcidas e mato fechado, como eu, que não temia aranhas, preferia. Sonhei com essa casa nova. Muito. Só bem no fim, espantados com o meu ardor diante da paisagem que avistava da janela, meus pais perceberam o engano. O que eu via era o terreno do vizinho. O nosso jardim era um retalho de um metro de largura, recortado no cimento, onde por muitos anos eu tentaria plantar milhos que só me davam espigas inconclusas como fetos abortados.

Entre as mulheres da família, minha mãe era a única divorciada dos jardins. “Dá muita sujeira”, ela dizia. Eu a amaldiçoava, magoada e confusa com o tanto – tanto mesmo – que ela parecia me negar com sua recusa. Aos poucos penso ter compreendido a sua relutância. Ela talvez temesse não o jardim, mas o seu avesso. A resignação, o queixume, o lugar da vítima. Da sua maneira, rebelou-se com a sina feminina do seu tempo, na cidade pequena. E me legou uma herança que também me traz até aqui. Por sua causa, as orquídeas que moram na minha janela e procriam furiosamente sabem que, em algum momento, eu talvez as mastigue. Minha mãe me negou as flores, mas me obrigou a criar dentes. Gestei caninos afiados como as espadas de samurai dos filmes de Tarantino – e os cravei no feminino em mim.

Mas essa compreensão é da mulher que sou hoje. Para a menina que fui, a casa nova não seria nova. Ela inteira me traía, e para mim jamais haveria um lar. Só fui me reconciliar com o sobrado em formato de caixa quando me tornei adulta, muito tempo depois de partir em busca de mundo. Quando já sabia que

as casas despertariam em mim uma desconfiança instintiva. Eu nunca ficaria em nenhuma delas por mais do que alguns anos, numa mudança sem fim. Para cada uma arrasto caixas que jamais abro, memórias que escapam do lacre e me assombram à noite. E um dia bato a porta e me vou para outra, com ainda mais caixas. De certo modo, sou uma moradora de rua com casas temporárias, carregando pela vida uma bagagem da qual não consigo ou não quero me livrar.

E talvez, nesse não lugar, entrecasas, eu tenha vivido na infância uma quase-morte. Literal como fui, sou. Mais ainda antes das palavras. Ou talvez fosse apenas uma bactéria glutona e indiferente do jardim selvagem que me habitava, mas que eu desconhecia, que me despachou para o hospital no dia da mudança.

a mulher embrulhada em plástico

QUANDO ERA CRIANÇA, eu quase morria muito.

Passei a mudança de casa no hospital, acompanhada pela minha mãe. Numa das noites em que meus rins lutavam com a infecção, jogaram na segunda cama do quarto uma mulher adulta. Ela estava nua, ensanguentada e embrulhada em plástico grosso e transparente. Estava viva – e, imagino hoje, acabara de sair de uma cirurgia ou algo assim. Lembro de ter acordado com o barulho das enfermeiras empurrando a maca. Vultos brancos na noite escura.

Em meio à febre, meus olhos encontraram os olhos da mulher, que me encaravam aterrorizados de dentro do plástico, num desamparo maior que o meu. Ela gemia e exalava um cheiro adocicado e pegajoso. Ainda agora, ao escrever, o cheiro doce e podre dela entra pelo meu nariz, mas entra pelo lado de dentro, de onde nunca saiu. Foi a primeira vez que senti o cheiro vivo da morte.

Aconteceu. Eu tinha sido fechada dentro do túmulo, para viver entre mortos-vivos. A mudança era só uma desculpa para me levar para a casa definitiva, que sempre esteve à minha espera, com suas garras rompendo o concreto, estendidas na minha direção como nos filmes B de terror que eu jamais tinha visto. E que mais tarde veria muito. E muito.

Na manhã seguinte, minha mãe fez tal escândalo que transferiram a mulher de quarto. Ou ela morreu, e minha mãe inventou essa história para me proteger. Mas a mulher embrulhada em plástico já morava em mim como horror olfativo. Nas noites de insônia, acordo sempre por volta das três da madrugada. Será que é essa a hora da mulher embrulhada em plástico?

A vida de cada um é também a tessitura desse monstruário pessoal no qual vamos nomeando os seres que assombram apenas a nós. Aqueles que nascem de uma mitologia íntima, forjada em nosso confronto com o real, sempre muito mais apavorante. Nas minhas noites, a hora não é do lobisomem, mas da mulher embrulhada em plástico transparente. Gosto de chamar meus monstros pelo nome. E sei que é mais fácil encará-la como monstro do que olhar em seus

olhos tão desesperadamente humanos e enxergar neles o pavor da morte.

É o contrário do que parece ser. Antes de nos assombrar, os monstros eram humanos. Eles nos assustam pela lembrança de sua humanidade. A monstruosidade é o que nos ajuda a suportá-los.

útero

FALTOU DIZER UMA COISA a mais sobre flores.

Havia uma que minha avó amava acima de todas as outras. Era uma flor rara, ou pelo menos a ela parecia. Só florescia uma vez ao ano, dias antes do Natal. Em uma ou duas semanas, se desvanecia. Tinha uma forma intrincada, e eu me sentia perturbada diante dela. Quando conheci a obra de Escher, lembrei de imediato da flor de Natal da minha avó, com sua porção de impossível. E de ilusão. Era com solenidade que ela me exibia a sua flor única. Silenciava, sinalizando que o momento era contemplativo. Tão faltante, sempre, Vitalina Teresinha exibia-se completa.

Minha avó já não tinha útero nem ovários, obrigada a arrancá-los para salvar a vida. Quando isso aconteceu, antes de seus quarenta anos, meu avô sentenciou: “Já não é mulher”. E nunca mais a desejou. Desde menina fantasio que a flor vermelha era o útero e também os ovários da minha avó. Uma vez ao ano se mostravam, gerando a si mesmos, em absurdo formato. Para em seguida fenecerem aos olhos do mundo. Mas estavam ali, como potência, um milagre de Natal que os filmes da Globo não contavam.

Quando minha avó morreu, a última amante de meu avô sepultou a flor em concreto.

Talvez ela soubesse o que minha avó nunca revelou. A *Scadoxus multiflorus* é bela. E venenosa.

despedaçando palavras

DIZEM QUE APANHEI APENAS uma vez do meu pai. Tinha três ou quatro anos. Ele atravessara a noite escrevendo um discurso. Na manhã seguinte, eu peguei uma tesoura e esquartejei o papel, as palavras, as letras, em pedaços tão pequenos que não puderam ser colados. Nem lidos. Dizem que meus gritos foram ouvidos longe.

Eu não lembro.

Talvez esse tenha sido o momento em que me tornei escritora.

o incêndio da prefeitura

NASCI DOIS ANOS DEPOIS do golpe civil-militar de 1964 e dois anos antes do AI-5. Não conheci ninguém que tivesse os pais ou os irmãos torturados e a polícia nunca invadiu minha casa. Apenas uma vez dois milicos buscaram meu pai a mando do comandante do quartel, mas após horas largas demais ele foi devolvido. Só tinha perdido o jantar. Mas desde muito pequena soube que vivia numa ditadura e não seria o que sou se não tivesse nascido num país em que a Constituição era um chiclete gasto colado na sola de um coturno.

A resistência da minha família era a da cidade pequena, da miudeza. E nossas perdas sangravam sem sangue. Eu não entendia o que estava em jogo. Sabia apenas que: a ditadura era ruim, os militares no poder eram maus brasileiros, os empresários que passeavam seus Dodges Dart ou seus Galaxies na BR nos finais de semana, espaçosos com o milagre econômico que só para eles tinha sido milagroso, careciam de decência, e eu não devia repetir o que ouvia em casa nem falar dos livros escondidos.

Sabia o suficiente para, em março de 1974, dois meses antes de completar oito anos, permanecer sentada enquanto meus colegas cantavam em pé o hino nacional em homenagem à posse do general Ernesto Geisel. O máximo de resistência que consegui esboçar e que custou minha indicação para representar minha classe declamando uma poesia no dia do índio para a escola inteira, coisa que eu adorava, já que costumava ser uma tímida bem exibida. Eu era a única a ter decorado o poema (uma coisa horrorosa, vale lembrar), mas a professora garantiu que era inadequada: não tinha o cabelo suficientemente comprido e não convenceria como uma índia. Escolheu uma colega mais branca do que eu, com longos cabelos cor de mel. Eu desconfiava que era uma represália pelo meu ato subversivo, mas preferi não mencionar o fato. Subversivo era uma palavra que eu ouvia muito naquele tempo e que me dava de imediato um coração de beija-flor.

Meu apoteótico ato de guerrilha acontecera antes, quando eu andava por volta dos cinco ou seis anos. E tinha mais a ver com Édipo do que com a ditadura. Meu pai era presidente de uma fundação de ensino superior comunitária que ele

tinha ajudado a criar. No imaginário da cidade, a instituição era um antro tanto de cabeludos quanto de comunistas, o que para os cidadãos de bem de Ijuí era mais ou menos a mesma coisa. E meu pai, ainda que seu cabelo encaracolado estivesse sempre bem aparado, a barba feita e a camisa passada com frisos, seria o chefe do antro de subversivos.

Entre as experiências de educação comprometidas com a comunidade, havia uma escola rural num distrito de Ijuí em que o calendário respeitava o tempo das colheitas e o programa pedagógico acolhia a economia local e as famílias. Os representantes da ditadura consideraram o projeto potencialmente perigoso, como achariam se a mudança fosse transformar o quadro-negro (ou verde) em rosa-choque. A indigência intelectual dos apoiadores do regime na cidade sempre foi um espanto. E assim era preciso acabar com a subversão da escola, ato consumado numa reunião com a comunidade, meu pai e o prefeito da Arena.

Estávamos todos lá, e eu podia apalpar a dor do meu pai, porque lhe era caro esse projeto. Meu pai até então era para mim um herói invencível. E a percepção de que seria derrotado naquele palco foi meu primeiro confronto com a injustiça na esfera pública. Eu sempre fui uma criança que olhava e olhava e olhava. A melhor forma de me descrever nessa primeira infância era como dois olhos castanhos observando o mundo de um canto. Não espiando, mas olhando como se pudesse abarcá-lo inteiro. Acho que até hoje só mudei de tamanho.

No ponto culminante do teatro encenado diante de nós, o prefeito, um homem gordo e com uma boca larga e mole sobre a papada, que antes de ser prefeito tinha sido (um péssimo) aluno do meu pai, declarou: “E para o professor Argemiro não ficar triste...”. Não tenho a menor ideia do que veio depois. Era uma frase condescendente e, embora na época eu desconhecesse a palavra, fui atingida pela sua violência. A frase-ato humilhava meu pai, nu em sua impotência, diante de todos e também de mim. Eu nunca tinha visto meu pai vencido. E não queria ver de novo. Tomada por revolucionário furor edipiano, decidi pegar em armas para defender meu herói decaído.

Na volta silenciosa para casa, a família inteira amontoada no fusca verde-milico (por que esta cor, nunca entendi), aos sacolejos pela estrada de terra, eu só pensava em vingança. Quando me enfiei na cama fingindo dormir, eu já tinha planejado o crime perfeito. Botaria fogo na prefeitura. Eu tinha testemunhado o incêndio do posto de saúde, algum tempo antes, e lembrava bem do clarão e em seguida das cinzas. No meu entendimento das coisas, ao juntar os fragmentos que ouvia na hora das refeições, aquele prédio neoclássico, o mais imponente da

cidade, era “a” ditadura. Se pegasse fogo, o mal cessaria, e eu não veria mais aquelas olheiras fundas sustentando os olhos feridos do meu pai. Sem contar que eu deixaria na rua aquele molusco com crachá de prefeito. Era ele – e não mais meu pai – que restaria humilhado.

Eu tinha idade suficiente para saber que faria algo bem errado, mas também sentia em meus ossos de passarinho que era a coisa certa a fazer. E sabia que tinha de executar meu plano num horário que nem machucasse ninguém, nem corresse o risco de uma testemunha. Acordei ainda na madrugada – ou melhor, quase não dormi. Assim que amanheceu, peguei uma caixa de fósforos na cozinha e a escondi no bolso da frente de uma espécie de vestido-avental. Abri a porta e saí para a minha primeira aventura solo no mundo.

Eu costumava ir à praça para brincar. Mas, para alcançar a prefeitura, eu precisaria atravessá-la no sentido longitudinal, distância para a qual não tinha licença. O desafio incluía passar pela toca do bicho-papão, escondida embaixo do anfiteatro. Tive muito medo do bicho-papão até o dia em que vi se esgueirar daquele buraco um homem desencaixado, meio corcunda, cujos olhos de desamparo se cravaram em mim com um mudo pedido de desculpas por existir. Desde que me lembro de mim, sempre foi essa textura de olhar a que me assombrou mais.

Mas isso foi depois. Naquela madrugada, eu estava diante de uma epopeia comparável à de Frodo, o pequeno *hobbit*, na travessia do anel. Me sentia apavorada por atravessar a praça e, mais ainda, por botar fogo na prefeitura. Uns 90% de mim, que incluíam meus dois braços, minhas duas pernas e o meu estômago, que doía, queriam desistir e voltar correndo para a cama. Mas eu tinha sido ensinada a fazer o correto, ainda que fosse difícil, e eu não tinha dúvida de que incendiar a prefeitura era a coisa certa a fazer. A única parte que não fechava no meu raciocínio era o porquê de o meu pai não ter pensado nisso. Mas acabei concluindo que, por ser adulto, ele receava ser preso, o que constituía uma prova a mais de sua necessidade de mim.

Quando cheguei diante do prédio vetusto, e até hoje nada jamais me pareceu tão vetusto quanto a prefeitura naquele momento, olhei para um lado, olhei para o outro, e me escondi no canto direito. Tremia tanto que quebrei os primeiros fósforos e temi ficar sem munição. Acabei conseguindo riscar um. Quase paralisada de terror, encostei o fósforo aceso na parede. Nada. Gastei a caixa inteira sem sequer provocar uma mancha na pedra. Derrotada em meu primeiro ato revolucionário, atravessei a praça de volta quase correndo, dividida entre o fracasso e o alívio. A bem da verdade, o alívio era muito maior do que o

fracasso. Voltei para casa e para a cama sem que ninguém soubesse que Ijuí quase tinha perdido a prefeitura num incêndio provocado por uma guerrilheira com dentes de leite.

Passei o restante do dia atocaiando meu irmão mais novo, ainda que sete anos mais velho que eu. Cercando-o, mas sem coragem de abordá-lo. Até que arrisquei, num supetão: “Mano Pequeno, por que acender um fósforo num tijolo não vira fogueira?”. Meu outro irmão, nove anos mais velho, era o “Mano Grande”.

Mano Pequeno, que uma década mais tarde se tornaria físico, passava os dias montando e desmontando tudo dentro de casa. Isso me dava a certeza de que ele conhecia todos os segredos do mundo. Era tão estranho quanto eu, mas de outro jeito. Até os três anos só tinha falado duas palavras: “mama” e “papa”. Minha mãe o levou ao médico achando que tinha língua presa. Aos cinco apareceu lendo e escrevendo e não precisou fazer a primeira série. Realidade e fantasia, para ele, eram uma coisa só. Uma vez, após assistir ao filme de um menino mágico, achou que podia voar e foi pego com os dois pés na parede externa do prédio, já se preparando para soltar as mãos.

Fácil deduzir que eu podia fazer uma pergunta como essa a Mano Pequeno sem que ele achasse suspeito. Ele me explicaria impassível e com a mesma paciência se eu perguntasse como se fazia uma bomba atômica. Didático, esclareceu que provocar um incêndio exigia bem mais do que apenas acender um fósforo. E forneceu detalhes sobre o procedimento correto. Hum, eu murmurei. Por sorte, depois dessa conversa instrutiva nenhum outro vilão ousou humilhar o primeiro e último herói da minha vida.

Hoje, ao lançar meus anzóis no lago nebuloso do passado, em busca de um mapa cujo único destino sou eu, percebo que escrever me salvou de tantas maneiras e também desta. Desde pequena eu tenho muita raiva – e quase nenhuma resignação. A reportagem me deu a chance de causar incêndios sem fogo e espernear contra as injustiças do mundo sem ir para a cadeia. Escrevo para não morrer, mas escrevo também para não matar.

Ouvi de alguns chefes que a indignação faz mal para o exercício do jornalismo, que bom jornalista não tem causa. Discordo. Indignação só não faz bem para quem tem como única causa a do patrão.

o túmulo vivo

(o mais importante aparece no meio)

NASCI NÃO DE UM, mas de vários túmulos. E um deles era um túmulo vivo.

É no ventre de um romance que começo a ser parida, muito antes de ser sonhada. Sabino Andrade Neves era um jovem amamentado em peito de negra para ser comandante ou doutor. Seu tio-avô era o General Andrade Neves, cujos feitos à frente da cavalaria na cruenta Guerra do Paraguai o alçaram à posição de Barão do Triunfo. Ela, quem era ela? Da mulher só se sabe que era uma escrava da estância do pai de Sabino. Do encontro entre o pênis violento dos sinhozinhos e a vagina seca das pretas cativas construíram-se capítulos da história do Brasil. Não dessa vez. Sabino amou aquela que lhe deu o que ele não quis tomar. Desse avesso nasceu uma menina.

Seu nome, Luzia.

Ela, que era um contrário na brutalidade do mundo, fez do nome um destino. E com ele iluminou o nosso, o meu.

Enquanto do pai de Luzia se conhece todos os sobrenomes, da mãe não restou letra. Para dar nome e criar a filha, Sabino renunciou à herança, ao lugar simbólico e ao conforto de sua bem-nascença. Tornou-se professor pelas lonjuras do Rio Grande e fez da filha mestiça também professora. Da mãe de Luiza, só se sabe que morreu ainda nos primeiros parágrafos da história.

Agora o desvio que se tornaria minha única reta. Nas primeiras décadas do século 20, Sabino e Luzia ancoraram suas vidas na escolinha acanhada de uma colônia de imigrantes italianos no interior do município de Ijuí, chamada Picada Conceição ou Barreiro. Meu pai era o caçula entre os homens de uma família de doze filhos, oito vivos e quatro mortos, moldada no cultivo da erva-mate. Seus pés desconheciam calçados, seu coração, as letras. As vogais chegariam antes dos sapatos.

Luzia iluminou primeiro o nome do meu pai. Quando chegou à escolinha do povoado, com os pés descalços e os olhos de janela que desde pequeno ele carrega, meu pai não sabia como se chamava, já que em casa e por todos era conhecido pelo lugar na prole – “Nêne”. Quando Luzia o invocou – “Argemiro”

–, meu pai, então um guri de sete anos, não se mexeu. Só na terceira ou quarta chamada, reconheceu-se. E com o nome veio um mundo inteiro, quase um desvario.

Aos doze anos meu pai foi assaltado por uma pneumonia dupla. Enquanto lutava para retomar os pulmões numa época em que era mais natural morrer do que escapar da doença, meu avô passou mal depois de uma sequência de madrugadas no soque da erva-mate. Na época da colheita é preciso atravessar o dia e acordar a cada três horas durante a noite, por semanas, para trocar as cargas de erva-mate, serviço bruto e excessivo para um homem beirando os cinquenta anos. Assim que retomou a consciência, meu avô mandou buscar, a cavalo, o médico e também o padre. Sabia que morreria como os de sua sina, de tanto trabalhar.

Quando meu pai despertou, em território dos vivos, não encontravam jeito de contar a ele que, naquele soluço do tempo, tornara-se órfão. Convocaram um homem de nome Pacífico para dar a notícia, mas o mais perto que ele chegou de cumprir sua missão, destituído que estava de toda paz, foi alertar o meu pai que dali em diante veria os irmãos com um traje de cor diferente. Uma tia deixou escorregar então o jornal aberto na página do obituário.

Meu pai descobriu ali que ler podia ser uma maldição. Mas aceitou o preço, às vezes alto, de decifrar as letras. Em horas demais elas foram violentas, como naquele pedaço de jornal, em outras, como descobriria mais tarde, torcidas pelo cinismo e pela má-fé, o veneno serpenteando nas entrelinhas e a mentira encarapitada nas vírgulas. Arrisco-me a dizer que ele escolheu ali, quando recuperava a vida para descobrir que o pai havia perdido a sua, que existiria com verdade. E sua verdade habitaria a palavra escrita, forjando com ela um outro destino. Só assim ele poderia preencher a ausência de um pai que morreu sem se inscrever como letra própria.

E eu? Fui salva pela mulher que só conheci como lenda. Luzia, a do túmulo vivo.

(abre parêntese)

No Dia dos Mortos, o Barreiro exibe uma paisagem com as cores da Toscana, coberta pelo dourado dos trigais sob um céu de um azul desavergonhado e um vento de primavera que bota as folhas secas a dançar como na cena clássica do *Era uma vez no Oeste*, de Sergio Leone. Na minha infância o povoado já era mais habitado pelos mortos do que pelos vivos. E aprendi com minha tia Nair

que a melhor maneira de homenagear os que partiram era viver. Para ela e para todas as mulheres da zona rural, Finados era um dia de muito trabalho e de muita festa. Mal apontávamos na curva, e ela se punha a correr porta afora esfregando as mãos no avental e uma na outra, com um sorriso de porteira aberta, exibindo uma gengiva de chapa tão rosada quanto suas bochechas.

Era para sua velha casa de madeira, o assoalho rangendo com o peso, que os parentes acorriam de todo canto, às vezes de bem longe, para honrar os falecidos lembrando suas histórias ao redor da galinha com polenta da tia Nair, antecipada por voltas e mais voltas de chimarrão. Em seguida começava a romaria, um a um, rumo à casinha lá do outro lado, onde desafogavam saudades, desejos e comilanças, enquanto bem ao lado os porcos engordavam para o domingo.

Tia Nair me chamava de canto, com ares secretos, e me carregava para o bolicho na parte frontal da casa, onde penetrávamos na escuridão ainda desabitada dos bêbados que só chegariam depois da sesta, porque também eles tinham mortos para chorar ou amaldiçoar. Naquela caverna de Ali Babá, onde o silêncio cheirava a couro, salame e fumo, minha tia enfiava suas duas mãos bordadas pelos calos de uma vida de roça, tanque e fogão e colhia do baleiro doces de mil e uma noites.

Vou chegando agora pela estradinha do Barreiro, e o vermelho da terra penetra meus passos. Avisto tia Nair correndo para nos dar as boas-vindas, com seu sorriso pendurado pelas orelhas, e sei que nunca mais serei tão bem recebida por ninguém, em lugar algum. Ela agora povoa o mundo dos mortos e é mais uma com quem proseio no cemitério de lomba. Finada, a minha tia. Mas não aqui.

(fecha parêntese)

A cada dia dos mortos, eu acompanhava meu pai levando flores para Luzia. E fincava meu olhar no seu rosto. Meu pai pouco falava comigo pela boca, mas dizia muito com os olhos. Nas andanças pelo Brasil que, muito mais tarde, eu faria como repórter, escutei de homens e mulheres das mais variadas geografias uma expressão que revela a finura da linguagem do povo brasileiro: “Sou cego das letras”. Era como expressavam, em voz sentida, sua condição de analfabeto. Luzia, com esse nome tão profético, arrancou meu pai da cegueira das letras. E, com ele, todas as gerações que vieram depois. E as que ainda virão. Era isso que, ano após ano, ele agradecia à beira do túmulo de Luzia. E eu escutava, com

os olhos.

Para contrapor ao túmulo de morte, o outro, o da cidade, o habitado por um anjo, eu tinha este, o de Luzia. Sobre a lápide da mulher que nos deu a luz, com e sem crase, produzi meu segundo nascimento. Escolhi minha linhagem, meu lugar simbólico de pertencimento. Com a memória de Luzia, fiz meu parto para a vida – e a vida era a palavra escrita.

Hoje continuo seguindo o meu pai em seu ritual. Não no Dia de Finados, porque nem sempre estou lá. Mas em qualquer dia, pelo menos uma vez por ano. Levo flores para Luzia. Nem sigo mais meu pai, mas a mim mesma. Sento-me na beirada do seu túmulo e, depois de dizer obrigada, me enfio dentro de mim para reeditar meu pacto com as palavras. Lembro-me ali de quem escolhi ser. E Luzia sussurra: ser é perder-se.

(abre parêntese)

Quando Ailce, a mulher que me ensinou a viver morrendo, cessou de respirar, eu viajei até o povoado para comprar meu próprio túmulo no cemitério de lomba onde mora Luzia. Gesto consolidado a cada ano com a doação de uma vaca para a festa da padroeira, como sugere a versão local do Itamaraty. Em seguida, comecei a escrever um romance em que uma filha se arranca do corpo da mãe.

Uma Duas.

Há realidades que só a ficção suporta. Precisam ser inventadas para ser contadas.

(fecha parêntese)

Escolhi viver sem fronteiras definidas, nações não me interessam, limites só me importam os da ética. Tenho um coração andarilho, um corpo mutante, uma mente transgênera. Sou irmã, mãe, filha, homem, cúmplice, bicho bicho, bicho humano, árvore, erva-daninha, pedra, rio. Vírus. Sou todas as cores, todos os sexos, todas as línguas. Sou palavra em palavras. Mas o meu corpo que viveu e que amou e que gozou e que foi marcado, este tem um lugar. Na letra-luz de Luzia.

a perna fantasma

PIETRO BRUN, meu tetravô paterno, embarcou em um navio no final do século 19, como tantos italianos pobres, em busca de uma utopia que atendia pelo nome de América. Pietro queria terra, sim. Mas o que o movia era um território de outra ordem. Ele queria salvar seu nome, encarnado na figura de meu bisavô, Antônio. Pietro fora obrigado a servir o exército como soldado por anos demais e lutou pela Áustria, na guerra contra a Prússia. Ele conhecia a sorte que tinha de ter sobrevivido não só às batalhas todas, mas também aos invernos e à fome. Não queria que Antônio tivesse o mesmo destino, já que o mais provável para um soldado era morrer – e cedo. Havia chegado a hora de Antônio se alistar, e o pai decidiu que não perderia seu filho. Fugiu com ele e com a filha Luigia para o sul do Brasil. Como desertava, meu bisavô Antônio foi levado em um bote até o navio que já se afastava do porto de Gênova. Embarcou como clandestino.

Meu tetravô Pietro tinha um motivo forte para salvar seu último filho homem – e sua descendência. Giuseppe, seu outro filho, fora estrangulado. O menino de quinze anos se distraiu pastoreando, e os animais comeram a grama do vizinho. Motivo suficiente para perder a vida. Sua mãe, minha tetravó Thereza, morreria de tristeza mais tarde. Os tempos eram assim.

Pietro queria terra para plantar um filho. E um nome. Por esse desejo feroz, atávico, ao mesmo tempo sacrificou e salvou a família. Em Udine, na região italiana do Friuli, ele deixou seus mortos, a mulher e as filhas mais velhas. Foi assim que os Brun, a árvore que me inscreve numa linhagem, se separaram. Não como um adeus, mas como um esquartejamento. Se as mãos que estrangularam um menino haviam destroçado simbolicamente a família, o oceano era a faca que separaria literalmente seus membros. A mãe permaneceu com o filho morto, o pai fugiu com o filho vivo.

Ao desembarcar no Brasil, em 10 de fevereiro de 1883, Pietro declarou o nome completo. O funcionário do Império, como aconteceu tantas e tantas vezes, registrou-o conforme ouviu. Tornando-o, no mundo novo, Brum – com "m". Meu pai, Argemiro, filho de José, neto de Antônio e bisneto de Pietro, tomou para si a missão de resgatar essa história e documentá-la. É este afinal o

sentido da literatura da vida real. Ou pelo menos um deles. Tentar amalgamar pela linguagem o que foi separado pela carne. Mas a palavra é desde sempre insuficiente para abarcar a vida e aquele que escreve se condena ao fracasso. Se esta é a maldição, é também a beleza pungente dessa busca.

No início dos anos 1990 cogitamos reivindicar a cidadania italiana. Possuímos todos os documentos, organizados numa pasta. Mas entre nós existe essa diferença na letra. Antes de ingressar com a documentação, seria preciso corrigir o erro do burocrata do governo imperial que substituiu um "n" por um "m". Um segundo ele deve ter demorado para nos transformar, e com certeza morreu sem saber. E, se soubesse, não teria se importado, porque era apenas o nome de mais um imigrante a bater nas costas do Brasil despertencido de tudo.

Cabia a mim levar essa empreitada adiante. E não pude. Assim como nunca fui capaz de alcançar Udine e tentar descobrir o que aconteceu com aqueles que permaneceram, embora já tenha estado na Itália várias vezes. Numa delas estive à meia hora de trem da terra onde começamos – ou continuamos. E não embarquei nesse trem. Houve a vez em que estive quase ao lado. E não dei o passo. Suspeito que não quero juntar o que foi separado, por não acreditar nessa possibilidade. Não poderia voltar a ser uma Brun.

A palavra é o outro corpo que habito. Não sei se existe vida após a morte. Desconfio que não. Sei que para mim não existe vida fora da palavra escrita. Só sei ser – por escrito. No meu nome carrego o que sou e o que não sou, sustento o que busco e não alcanço, assim como o vazio entre as letras, o incapturável em mim. O indizível que também me constitui.

Há uma autonomia na forma como damos carne ao nosso nome com a vida que construímos – e não com a que herdamos. E há a história que veio antes, barro para criar uma existência que se sabe menos autônoma do que a modernidade promete. Podemos desconhecê-la, mas de algum modo ela ainda estará lá. Eu escolho a memória. A desmemória assombra porque não a nomeamos, respira em nossos porões como monstros sem palavras. A memória, não. É uma escolha do que esquecer e do que lembrar – e uma oportunidade de ressignificar o passado para ganhar um futuro. Pela memória nos colocamos não só em movimento, mas nos tornamos o próprio movimento. Gesto humano, para sempre incompleto.

Ao fugir para o Brasil, metade dos Brun ganhou uma perna a mais. O "n" virou "m". Mas essa perna a mais era um membro fantasma, um ganho que revelava uma perda. Essa perna a mais era Giuseppe assassinado por violar a propriedade sempre privada, era Thereza morta de tristeza, era uma pátria que

preferiu ser perdida, um estar no mundo que já não podia ser. Passou despercebido para os que aqui chegaram porque eram analfabetos. Ao se alfabetizar, reconhecer sua existência na letra, meu pai descobriu que era um nome errado.

Nunca pude entrar com uma ação judicial para corrigir o sobrenome, porque para mim não é possível amputar essa perna que assinala tanto uma presença quanto uma ausência. A ausência de tudo o que ficou para trás, a presença de tudo o que aconteceu depois. Presença e ausência são, afinal, a essência de todos os nomes. Não posso corrigi-lo porque para mim não é erro – e sim marca. Uma marca que diz mais de mim do que as letras que sobreviveram incólumes à mudança de mundo. Uma marca que, ao ser apagada, se converterá em falta.

Quando Pietro Brun atravessou o mar deixando mortos e vivos na margem que se distanciou, ele não poderia ser o mesmo ao alcançar o outro lado. Ele tinha de ser outro, assim como nós, que resultamos dessa aventura desesperada. Era imperativo que ele fosse Pietro Brum – e depois até Pedro Brum. Como não há rastro do funcionário displicente que errou o nome do imigrante ao registrar sua chegada nos papéis do governo, posso dar um outro significado mesmo a esse homem que possivelmente fazia o seu trabalho com a mesma dedicação empreendida por grande parte dos servidores públicos de hoje.

Agora sei que não tenho um nome errado, mas um nome assinalado pelo que viveu. Dei a essa perna não mais o lugar de membro fantasma, mas de travessia. Me dedico a inventar um funcionário melancólico e solitário, que à noite devorava livros em um quartinho de pensão no Rio de Janeiro do final do século 19. Molhava os dedos com a língua para virar as páginas, enquanto a caspa ignorava os trópicos ao cair como neve sobre as palavras.

Diante de mais um imigrante destituído de pátria e de letras, devastado por uma separação e uma saudade, ele pensou: esse homem vai precisar de mais uma perna para conseguir andar no Brasil. E, poderoso assim de repente, enfiou a pena no tinteiro e a empunhou com brio. Como eu agora o invento, naquele momento ele inventou um “m” para mim.

glória, glória, aleluia!

ESSA FOI A PRIMEIRA FRASE que li. Estava na tradicional missa do sábado com a família. De repente, juntei uma letra com a outra no folheto da igreja. Gritei, interrompendo o padre: “Glória glória aleluia mãe eu li!”. Minha estreia foi assim, sem vírgulas.

Não era a primeira vez que interrompia a missa. Eu criava vários mecanismos para suportar o que considerava o acontecimento mais chato da semana, sempre pedindo desculpas silenciosas a Deus. Quando era bem pequena costumava esperar o padre chegar ao momento do “Santo, santo, santo...” e continuava a repetir: “Santo, santo, santo”... Bem alto, até o amém final. O padre já me botava o olho, lá do altar, porque sabia que era a minha deixa. Acho que se divertia. Às vezes me chamava na saída: “Ô guria do santo, santo”.

Ao meu lado, Mano Pequeno matava o séquito inteiro de santidades com um estilingue invisível, mas com barulho real. Tzim, matei São Francisco. Meu irmão mais novo era um exterminador de santos bastante impessoal. Até o final da missa, de Santo Antonio a Nossa Senhora, todos tinham sido chacinados mais de uma vez. O único comportado da prole era Mano Grande. Talvez por ouvir tantas vezes do pai: “Argemiro Luís, você vai apanhar primeiro porque é o mais velho”. O mais velho carregava o peso de dar o exemplo. Minha mãe, que foi uma criança endiabrada, sempre suja, de vestido rasgado e fazendo o que não devia, nos apoiava (quase) secretamente. Chegava até a soltar uns risinhos.

Meu pai, compenetrado e impassível. Nunca descobrimos se ele fazia de conta que não via que um filho matava santos e a outra os ressuscitava – ou se realmente estava tão entregue à liturgia que não percebia nada ao redor. Em minha vida inteira conheci poucos homens tão cristãos quanto ele, incluindo aí os próprios membros do clero. Ele não lia o evangelho, vivia. Tanta fé sempre me pareceu suficiente para garantir o perdão da Igreja aos filhos heréticos.

Se eu tivesse virado freira, poderiam relacionar minha vocação ao pequeno milagre da leitura na missa. Mas, desde que uma religiosa do colégio fez uma palestra afirmando que a vocação poderia aparecer a qualquer momento, fazendo, como Don Corleone, “uma proposta irrecusável...”, me dediquei com

afinco a rezar implorando a Deus que nunca mandasse tal senhora entabular uma conversação comigo. Por alguns meses fui tomada por um pavor quase paralisante de que a vocação se anunciasse numa esquina qualquer do dia e tentei com muito empenho não ficar sozinha em canto algum.

Minha descoberta da leitura na missa ficaria mesmo ótima na biografia de uma freira. “A primeira frase que Madre Eliane leu já era uma profecia...” Mas nada mais distante do meu destino. A constatação me levou a ter muito cuidado ao relacionar acontecimentos nos perfis que escreveria no futuro. Entender rápido demais pode ser um perigo, já que tudo pode significar – ou não significar coisa alguma. O passado só existe a partir de um narrador no presente que é tanto um decifrador quanto um criador de sentidos.

No meu caso, o mais provável é que a mesmice da missa tenha me estimulado a juntar as letras na tentativa de alcançar o milagre da aceleração do tempo. Foi uma profecia nascida do tédio. Três anos depois dessa estreia nas letras, eu viraria o flagelo das catequistas e professoras de ensino religioso, ao insistir em perguntas como: “Por que Cristo não era mulher?”, “Como é possível Maria ser virgem?”, “Que espada era essa do anjo Gabriel?”. Minha turma foi a única a sofrer duas deserções de catequistas, mas não sei se a decisão teve alguma relação com meu cérebro de inquisidora.

Eu não era má nem queria provocar. Talvez só um pouquinho. Queria mesmo entender. Minha curiosidade era real e, em casa, sempre pude fazer qualquer pergunta sem medo. A escola, eu logo descobriria, era bem menos aberta a questões fora do manual. Querer mesmo entender foi o que anos depois me moveria na reportagem, para onde parti livre de dogmas.

A última freira que passou pela minha infância garantiu que o teor e a insistência das minhas perguntas eram fruto de um demônio que morava nos meus olhos. Não fiquei nem um pouco traumatizada. Mas eu e uma amiga, que também foi acusada de possessão demoníaca oftalmológica pela professora de religião, aproveitamos o momento para nos declarar escandalizadas. E, com isso, convencer nossos pais a nos transferir, com o ano letivo em curso, para outra escola. Nosso inconfesso objetivo era claro, pelo menos para nós: no colégio de freiras havia meia dúzia de meninos na classe, no outro eles eram a maioria. E lá fomos nós, bem endemoniadas, rumo à puberdade.

Embora longe das interpretações religiosas, a primeira frase que li era exata. Aprender a ler foi o máximo de glória e aleluia que alcancei na vida. Ler – e depois escrever – foi a descoberta maior, mediadora de tudo o que eu me tornaria. Foi a minha América, o meu novo mundo. Desde a epifania na missa,

passei a me trancar no quarto com três ou quatro livros. Não queria brincar, não queria comer, não queria dormir. Eu queria ler. Se me obrigavam a sentar à mesa para o almoço, eu ficava me repetindo a última linha lida, temerosa de perdê-la numa colherada de feijão e, com ela, a chance de desembarcar na linha seguinte.

O lugar da realidade se inverteu. A paisagem dos livros era a real. A da vida concreta era sonho. Eu me movia por ela e fazia o que esperavam que fizesse, mas eu não estava ali. Estava lá. Era jovem, era velha, heroína, aventureira, princesa, fada, bicho, planta, sereia, monstro, deus. Estava nas terras altas da Escócia, no centro da Terra, em bosques povoados por bruxas e duendes, no sítio do Pica-Pau Amarelo, em Valhala. Eu podia escolher quem ser e onde estar. Em algumas semanas, parti das paredes da minha nova casa velha e de Ijuí para o mundo. Em seguida, também para outros planetas e outras dimensões. Me entreguei à experiência. Com o coração e também com as tripas, como faria tudo na vida.

Desde que o primeiro livro se abriu para mim (e se fechou sobre mim), o cotidiano tornou-se um fardo a suportar. Era aquém demais. Sempre havia sido, mas agora existia uma maneira de escapar. Os livros me carregaram para dentro. E dentro eu ficaria até a adolescência, quando o mundo de fora me alcançou em sua forma mais gloriosa: os meninos. O corpo desconhecido, indomável e por desbravar do outro.

Na infância, ainda que meu espectro cumprisse rituais estabelecidos – comer, escovar os dentes, levar o lixo para fora, ir à escola... –, minha alma habitava apenas as montanhas e os abismos dos livros, às vezes um sótão. Comecei pelos infantis, uns poucos meses depois já conquistava a biblioteca adulta dos meus pais. Tudo o que eu queria saber – e viver – estava em alguma daquelas lombadas. Logo ali, bem ao meu alcance. Ou, no máximo, bastava subir num banquinho.

Eu lia de tudo e sem critérios aparentes além da busca por respostas. Depois de descobrir que a vida não existia nem em Ijuí nem em Marte, mas nas letras no papel, eu tinha muita ânsia de mundo. Como era uma filha temporona, passava os dias sozinha com os livros e jamais sofri qualquer interferência nessa relação. Na minha casa, a literatura era o território da liberdade e a busca pertencia a cada um. Meus pais amavam tanto os livros que jamais ousariam profaná-los com uma censura.

Aos dez anos, eu já tinha lido a coleção de José de Alencar inteira, mesmo tendo achado a maioria dos livros um tanto monótona. Mas a atmosfera de

erotismo velado, pela marca de um minúsculo pé na lama, por exemplo, já fazia com que valesse a pena. Ou a trágica personagem de *Lucíola*, agonizando entre a carne e o céu. Eu entrava e saía de mundos como bem entendia. E cedo fiz minha iniciação sexual pelos livros da biblioteca caseira, que cataloguei segundo as cenas de sexo.

Lia a obra de Monteiro Lobato e novelas da Biblioteca das Moças tão açucaradas que uma pessoa poderia se tornar diabética antes do ponto-final. Erico Verissimo, Jorge Amado... e os mais belos contos de fadas noruegueses. Zola, Poe, Dostoiévski... e *pulp fiction*. A leitora adulta que sou hoje pode começar o dia com Foucault e encerrá-lo com o último *best-seller* vampirístico, sem qualquer drama de consciência.

Quando Mano Pequeno, já com mais de um metro e oitenta de altura, mudou-se para Campinas, em São Paulo, para fazer física na Unicamp, autonomeou-se meu mentor a distância. Ainda que ele se sustentasse com apenas um salário mínimo, dava um jeito de me enviar livros pelo correio. Tinha metas bem claras na minha educação. Num mesmo pacote, eu recebi uma vez o *Manifesto Comunista* e um clássico do feminismo brasileiro chamado *Maria Sem Vergonha (de ser mulher)*. Em outro, a história de Sacco e Vanzetti, os anarquistas italianos condenados à morte nos Estados Unidos por um crime que não cometeram, e *Escute, Zé-Ninguém!*, o perturbador ensaio sobre a miséria do homem comum escrito por Wilhelm Reich. Num Natal ganhei o disco da *Cantata Popular de Santa Maria de Iquique*, com o massacre histórico de 1907, no qual centenas de operários chilenos, em greve das minas de salitre, foram traídos pelos patrões e executados pelo exército dentro de uma escola. Mano Pequeno parecia ter grandes planos para a mulher que eu seria. E eu me esforçava para não o decepcionar.

Na minha família, o objetivo maior era garantir a comida e os livros. Era para isso que servia o sempre insuficiente salário de professor dos meus pais. Móveis e objetos eram conquistas demoradas, a casa só terminou de ser mobiliada depois que eu já tinha ido embora. Até os oito anos eu dormi num berço, com as pernas encolhidas, porque não havia dinheiro para comprar uma cama. Roupas, só quando havia real necessidade, aquele não era um mundo de consumo. Em geral, eu as herdava das primas mais velhas e mais ricas, o que acabava em combinações desencontradas e um tanto esdrúxulas. Quando era obrigada a comparecer a aniversários, minhas primas faziam questão de reconhecer em mim suas roupas descartadas. Eu as deixava e partia para mundos interiores onde de imediato me tornava heroína de algum enredo imaginário. Fazia o

mesmo quando voltava da escola a pé para casa, acompanhada pelas colegas. Cada vez mais, só era possível levantar da cama pela manhã porque eu podia estar em outro lugar e ser uma outra. Não havia eu, só alteridade. Se havia um eu, era este, o da menina que fabulava.

o assassinato da baratinha

ERA UMA CIDADE POVOADA por baratas. E minha casa tinha rodelas de pepino com veneno por todos os cantos. (Por conta dessa lembrança, só consegui comer pepino depois de adulta.) De nada servia, porque elas cresciam e multiplicavam-se como a Bíblia mandava. Em parte, perdi minha fé numa noite de verão (e até o Diabo tirava férias de Ijuí entre dezembro e março, em busca de temperaturas mais amenas). Eu rezava ajoelhada à beira da minha cama, implorando a Deus que, pelo menos por uma vez, me livrasse das baratas na madrugada. Que os pernilongos me esfolassem viva, eu já tinha me resignado, Ijuí era uma terra selvagem. Convivia sem medo com aranhas e lacraias, mas baratas me provocavam pavor. Quando eu assim me prostrava, em fervorosa prece, ouvi um barulho suspeito. A maior barata voadora jamais registrada pelo *Guiness* sobrevoava minha cabeça, fazendo ventinho nos meus cabelos. Nunca mais rezei.

Muito antes de perder a minha fé, eu vagava pela casa quando me deparei com ela. Uma filhote de barata. (Para mim não havia dúvida de que era uma menina.) Ficamos uma diante da outra, como num duelo dos filmes de caubói a que eu assistia com meus irmãos. Esmaguei-a com a minha havaiana. Era minha primeira morte. De imediato, me identifiquei com o cadáver. Chorei. Ali, no corredor da casa, com o chinelo na mão, o corpinho dela colado na sola em insuportável desvalia.

Na minha infância eram muito populares os “cadernos de recordação”, com capas duras e enfeitadas. Em suas páginas, amigos, professores e familiares escreviam para o dono do caderno, em letra caprichada e com canetinhas coloridas. Às vezes uma poesia, em outras um texto pessoal sobre como viam aquela pessoa, figurinhas de flores eram coladas, quem tinha mais talento fazia um desenho. Podíamos contar com a certeza de que naquelas folhas de papel estaríamos em segurança. Nelas, desfilávamos bonitos, bons e cheios de futuro. Todas as mentiras eram bem-vindas, porque viravam desejos. Pedir que nos documentassem com generosidade, para que mais tarde pudéssemos mostrar a

amantes, filhos e netos como éramos queridos, revelava-se um costume quase ingênuo na busca por reconhecimento. Perdeu-se muito antes de a internet varrer a vida como a conhecíamos.

Eu tinha ganhado dois desses cadernos em meu aniversário de oito anos, que acabara de ser comemorado. Eram iguais, com uma capa simulando mármore. Um azul, outro vermelho. Escolhi o vermelho sanguíneo, mais adequado à dramaticidade do momento. Minha letra era (e continua) péssima. Eu fazia questão de extrapolar as margens dos cadernos de caligrafia que a escola ainda usava naquele tempo, como um ato de resistência precoce à tentativa de me botar limites na escrita. Mas a ocasião exigia solenidade, e tentei fazer a letra mais bonita que pude, ao colocar o título: “Autobiografia de uma barata”.

Em seguida, ao longo de algumas páginas, contei de seu nascimento e da alegria de seus pais por sua existência, apesar da prole numerosa, de suas peripécias em busca de comida (o que me fez compreender pela primeira vez que era legítimo encontrá-la dentro da lata de bolachas Maria) e de como, ainda na infância, antes mesmo de se casar, produzir baratinhas e realizar o sonho de ser a primeira barata astronauta, ela tinha sido assassinada por uma humana cruel. Em minha primeira história, eu era a vilã. (Mas talvez fosse também a barata filha.) Escrevi na primeira pessoa, encarnando a defunta. A abertura da autobiografia era bem pouco original. Mas, pensando no que significou na minha vida, ganha uma camada adicional de sentido: “Nasci”.

Lá em casa ninguém deu importância nem ao crime nem à minha primeira obra literária. Sequer fui lida. Meus pais estavam ocupados em corrigir as provas dos alunos, Mano Grande investigava as meninas, Mano Pequeno tinha começado a ler enciclopédias na tentativa de entender o mundo. Mas, ainda que sem leitores, eu tinha descoberto um modo de dar vida e permanência pela palavra escrita. Dar um corpo de letras aos meus cadáveres. Hoje, barata adulta, escrevo, como tantos outros, na ilusão de enganar a morte.

lili e a escada

Em meu passado, Lili tem olhar azul. Mais tarde ela me diria que às vezes é cinza, em outras verde, oceânico. Cabelos castanhos com ondas suaves batendo na praia dos ombros. E um corpo rígido estancando todo o movimento. Me parecia que Lili escondia a natureza de passarinho da sua alma. Das moças da colônia alemã esperava-se que fossem trabalhadeiras, retas e pudicas. Sólidas. Como todos que se sabem frágeis, Lili ocultava sua delicadeza para que não a adivinhassem quebrável. Gostei dessa moça sobrevivente desde a primeira vez que a vi. Lili atrás do balcão de livros da Cultural.

Para mim seu cargo era tão importante que não entendia como alguém pudesse aspirar a ser estrela de cinema se existia algo tão melhor como ser chefe da seção de livros da Cultural. Comecei indo lá com minha mãe, aos poucos fui chegando sozinha, pelos cantos. Os livros ficavam numa esquina de labirinto, no fundo mais fundo da livraria. Sentada no chão, eu tinha a fantasia de que me mimetizava às lombadas coloridas. Como um camaleão numa floresta de letras, ninguém me percebia. Lili, sim. Com o cuidado de não expressar nenhuma condescendência (ela sequer parecia me ver), deixava eu ficar lendo por horas livros que jamais compraria. Enrolada em mim mesma entre prateleiras habitadas, eu tinha descoberto meu lugar no mundo.

Aprendi nesse território por desbravar que o princípio não é o verbo, mas o cheiro. Meu primeiro ato era inspirar aquelas folhas virgens, as quais eu seria a primeira a decifrar. Depois eu passava a ponta dos dedos na capa, sentindo a pele e a forma, acariciava as páginas com reverência. Só então lia a primeira palavra, toda arrepiada. Até hoje repito esse ato nas livrarias, causando algum estranhamento. Para mim, os livros sempre foram sagrados, mas apenas para que pudessem ser profanados. Mais tarde eu faria sexo da mesma maneira, ligando os corpos e as letras para sempre na minha apreensão do mundo.

Um dia Lili colocou uma escada. Sem palavras, como era o seu estilo, já que parecia trancá-las todas dentro de si. Lili era só gesto. Movimentos contidos e, de repente, uma subversão. Direta, sem curvas. E de volta ao roteiro de economias. Pude então ascender aos livros mais altos. Era maior do que

alcançar a lua. Eu era Neil Armstrong, mas não para fincar nenhuma bandeira. Não era a posse que me interessava. Meu desejo era tocar o chão lunar com meus dedos, primeiro, depois com a palma da mão, suavemente.

Numa manhã, quando eu me preparava para enfiar o nariz numa pilha nova de livros, Lili me promoveu. Nunca soube se porque alguém reclamou daquela guria metida por horas numa dobra das prateleiras ou porque ela de fato acreditava no meu discernimento. Fui incumbida da tarefa de ler os livros recém-lançados pelas editoras para dizer a ela se devia ou não os encomendar. Ganhei o privilégio de levá-los para casa. Me sentava no lugar do meu pai, aproveitando que ele estava na faculdade. E sonhava em usar óculos para a cena ficar completa. Mas logo quis voltar para a livraria, porque nunca gostei de ler por incumbência, como não gosto até hoje. Preferia ser uma passageira clandestina das estantes a uma leitora com crachá.

Quando Lili anunciou que deixaria a livraria, me senti abandonada. Quase traída. As moças que a sucederam não perceberam a importância do seu trabalho, preferiam ser funcionárias. Só Lili sabia que os livros não eram objetos, mas portais. Quando ela se foi, os livros fecharam-se. Viraram mercadorias.

Aprendi ali que ninguém é substituível. Alguns se tornam substituíveis ao se deixar reduzir a apertador de parafusos da máquina do mundo. Alienam-se do seu mistério, esquecem-se de que cada um é arranjo único e irrepetível na vastidão do universo. Quando a alma estala fingem não saber de onde vem a dor. Então engolem a última droga da indústria farmacêutica para silenciar suas porções ainda vivas. Teriam mais chance se ousassem se apropriar de sua singularidade. E se tornassem o que são. Para se perder logo adiante e se buscar mais uma vez, já que ser é também a experiência de não ser.

Somos igualmente diferentes, a única desigualdade que nos iguala. A singularidade do que sou, só eu sou. A singularidade do que é você, só você é. O que deixarmos de criar será uma ausência no mundo. Uma existência perdida – ou desperdiçada – faz um rasgo no tecido invisível da história. Essa dimensão da vida humana me engolfou enquanto Lili partia com seu olhar azul.

Muito mais tarde a busca pelo extraordinário contido nas vidas supostamente comuns assinalou minhas andanças de repórter. E um dia virou uma coluna e depois um livro chamado *A vida que ninguém vê*. Para mim, as notícias habitam os detalhes, às vezes empoeirados, do cotidiano. A maior parte das histórias reais que conto vem dessa grandeza do pequeno, da delicadeza que anima cada vida humana, mesmo nas horas brutas. Sou uma repórter de desacontecimentos

desde que Lili desaconteceu na minha vida.

* * *

Lili e eu nos perdemos por décadas. Um dia fui procurada pelo *Jornal da Manhã* para participar de uma série sobre ijuienses que haviam “vencido” fora da cidade. Minha tarefa era escrever sobre essa aventura pessoal. Aceitei. Mas escrevi um texto no qual dizia que tão difícil quanto partir era permanecer. E contei a história de Lili, a moça alemã que tinha a chave dos mundos.

A página de jornal alcançou Lili numa cidade próxima e ainda menor, algum tempo depois. Ela vivia dias duros. Sua alma de passarinho tinha sido descoberta. Lili parecia ferida, apartada de seu mistério. Não fazia ideia de que havia sido tão essencial na vida de um outro. Nos reencontramos. E meus olhos foram o espelho onde ela, pelo menos por um momento, pôde se enxergar como de fato era, insubstituível.

Pude contar a Lili o que ela também fez de mim. Era eu que agora escrevia livros que passeavam por estantes, descansavam em mesas de cabeceira, ofereciam-se em bibliotecas e aqueciam colos de gente no metrô ou no ônibus. Ela podia me ler porque um dia permitiu que eu lesse numa esquina das prateleiras de uma livraria de cidade pequena. Eu podia escrever porque antes ela havia me lido. Lili tinha asas na alma. E às vezes se esquecia disso. Acredito que só alcançamos o extraordinário do que somos ao sermos capazes de alcançar o extraordinário que é o outro. Entre mim e Lili, foi uma volta completa.

Quando Lili Lohmann me alcançou depois de anos, por um telefonema, numa noite em que eu também me perdia nas horas mortas, ela me disse uma frase que até agora me faz dançar: “Quando eu leio o que você escreve é como se eu ganhasse um presente”. Lili, você é um presente para sempre presente em tudo o que sou.

a invenção da escrita

OS DOMINGOS ME MASTIGAM desde pequena. Não só a mim, eu sei. Sinto que adivinharíamos os domingos mesmo se eles não tivessem sido inventados. Acredito que aquele homem que deixou impressa a sua mão, uma mão com um minguinho torto, na caverna de Chauvet, mais de trinta mil anos atrás, fez o gesto num domingo. Fantasio que ele precisava ter certeza de que existia e forjou uma marca que atravessou o tempo. E foi num domingo que eu escrevi pela primeira vez, para não morrer. Se antes eu tinha escrito porque matei, dali em diante eu para sempre escreveria para não morrer.

Lembro nos detalhes. Acordei muito cedo, com a sensação de que minha alma pesava tanto que a qualquer momento eu seria puxada para o centro da Terra, tragada pela força da gravidade. Olhei pela janela e vi a chuva fina pousando com delicadeza desperdiçada sobre a cidade feia que ainda dormia. Eu queria atravessar a janela e me misturar à chuva. Pressenti que, se não fizesse algo radical, me partiria nas pedras da rua. Peguei uma caneta e um papel e comecei a escrever o que pensava ser uma poesia sobre o nascer do sol. Eu tentava fazer o que tentaria fazer pelo resto dos dias, arrancar beleza onde parecia não haver nenhuma. Tinha nove anos.

Era uma poesia ruim, rebuscada como os livros que eu andava lendo, mas meu pai gostou. Era a primeira vez que um gesto meu chamava de verdade a sua atenção. Meu pai me enxergava. Não parei mais de escrever. Escrevia em qualquer lugar. Guardanapos, papel de pão, de embrulho. Ia deixando pela casa um rastro de letras. Uma versão das migalhas de pão de João e Maria, só que às avessas. As palavras que eu deixava eram pistas para que meu pai me levasse embora para uma casa onde nunca estive. Uma em que eu pudesse existir. E, portanto, habitar.

Até então eu percebia o mundo como uma noite sem fim nem começo. Meu corpo era fluido, sem formas definidas, esparramado pelo espaço. Quando me encarnava, eu doía. Vírus e bactérias me atacavam, tinha reações alérgicas e com frequência minha pele era bordada por bolotas vermelhas, furúnculos. Talvez reproduzisse as manchas na pele que anunciaram a doença que matou a

minha irmã em menos de 24 horas. Dava a minha mãe a chance de salvar uma filha, a si mesma e, quem sabe, a mim. Na prática, a alergia resultava na proibição de comer o que eu mais gostava depois de feijão com arroz: chocolate e cachorro-quente com mostarda.

A palavra escrita me encarnou em um corpo onde eu podia viver. O corpo-letra. Ao fazer marcas no papel, com a ponta dura da caneta, entrei no território das possibilidades. As manchas da minha pele primeiro rarearam, em seguida desapareceram. A literalidade que assinala meu estar no mundo, fazendo de mim uma geografia em que os sentimentos escavam quase mortes, encontrou uma mediação. Pela palavra escrita eu tornava-me capaz de transcender o concreto, transformar impotência em potência. Fui salva pela palavra escrita quando comecei a ler – e (talvez) em definitivo quando escrevi. E – importante – quando fui lida.

As palavras que passaram a ser o mais meu de tudo que era meu levaram meu pai até mim. De novo como as migalhas de pão de João e Maria. Antes que os pássaros – ou as traças, no caso do meu conto sem fadas – devorassem os papéis rabiscados que eu ia deixando para trás, meu pai os recolheu. Ao me enxergar, ele me deu um corpo que eu poderia habitar. Um corpo feminino que, ao ser reconhecido, eu poderia reconhecer. Ao me ver refletida em seu olhar, tornei-me capaz de viver para viver. E não para morrer.

Quando me tornei repórter, tentei fazer da minha escrita um espelho amoroso no qual as pessoas cujas histórias eu contava pudessem se enxergar, descobrir-se habitantes do território das possibilidades e viver segundo seus próprios mistérios. Ser contadora de histórias reais é acolher a vida para transformá-la em narrativa da vida. É só como história contada que podemos existir. Por isso escolhi buscar os invisíveis, os sem voz, os esquecidos, os proscritos, os não contados, aqueles à margem da narrativa. Em cada um deles resgatava a mim mesma – me salvava da morte simbólica de uma vida não escrita.

Toda história contada é um corpo que pode existir. É uma apropriação de si pela letra-marca de sua passagem pelo mundo. O ponto-final de quem conta nunca é fim, apenas princípio.

* * *

Cada vez que parto para o mundo que é o outro, incluo no espaço-tempo um domingo. Acredito que não se pode conhecer uma pessoa, um grupo, uma aldeia ou um país sem habitá-lo por ao menos um domingo, esse dia esgarçado em que nossas ausências gritam e o silêncio ensurdece. Se “o sábado é uma ilusão”, o

domingo tem dentes. E foi num domingo que eu nasci como palavra. Esse parto eu mesma fiz. Desde então, parto para continuar íntegra – eu partida, de partida.

a guria dos 7

ERA EU. ME TORNEI num domingo de sol em 1975. Pedi à minha mãe para ir ao cinema. Naquele tempo, havia dois cinemas em Ijuí. O Serrano passava pornochanchadas e bangue-bangue (a relação até hoje me parece das mais interessantes) e o América exibia os filmes "de família". Para crianças, a única oferta eram as matinês de domingo. Eu adorava assistir a filmes, gostava até dos ruins, mas meus pais e irmãos já tinham outros planos para aquela tarde. Não era comum uma menina ir sozinha ao cinema, mas também não era impossível. De novo, eu tinha nove anos.

Lembro do sentimento duplo, a autonomia e a ameaça. Nunca me livrei dessas duas emoções conflitantes, mas sempre lado a lado numa sociedade machista até hoje. Eu já sabia que tinha uma boceta e que esse fato me tornava uma presa em potencial. Dois anos depois seria atacada, também no cinema, por um pedófilo que me agarrou seios que eu ainda não tinha. Um homem tão frágil que eu o perdoei no mesmo instante. Aos onze anos, eu já era uma mulher que ele temia. Quando o encarei, ele com a mão no meu peito, fugiu correndo no escuro do cinema, perseguido por demônios que não eram eu. Na minha infância, nos fazíamos mulher de violência em violência, por homens que nos mostravam o pinto duro, mas eram tão quebradiços. E eu sempre fui capaz de farejar a fragilidade do outro.

Naquela tarde ensolarada, as luzes do cinema se acenderam às 16 horas. Voltei para casa, num passo apressado, porque conhecia a minha solidão. Quatro quarteirões. Toquei a campainha muitas e muitas vezes. Nada. Meus pais imaginaram que eu compreenderia que tinham precisado sair e iria à casa da minha tia, a duas quadras de distância. Na minha cabeça o enredo seguia diferente: era óbvio que em algum momento alguém abriria a porta e me resgataria da rua. Então esperei.

Ainda hoje sou capaz de me ver com exatidão, enfiada no meu melhor vestido, azul com flores coloridas bordadas no peito e saia de preguinhas. A rua era comercial, e a nossa era a única casa. Ao lado havia uma construção e em frente um terreno baldio. Aos domingos, as ruas da cidade eram desertas. Eu os

vi chegando e pensei em correr, mas já não dava tempo. Acho que nem conseguiria porque me sentia algemada ao chão. Eram três crianças de rua. Dois meninos e uma menina de pele morena numa cidade de colonização europeia.

Estou lá, agora. Há um menino menor, de uns sete ou oito anos, e um maior, de uns onze ou doze. A menina parece ter a minha idade. Os três me apontam seringas com agulhas provavelmente recolhidas do lixo das farmácias. Dizem muitas coisas. Que vão me machucar, que vão me furar. Que se me derem uma injeção eu vou morrer. Que devo dar a eles tudo o que tenho. E o que tenho são 7 cruzeiros amassados, o troco do cinema.

Eu dou. Mas eles não vão embora. Eles querem mais. Continuam me aterrorizando e dizendo que querem tudo o que tenho. O que mais eu tenho para dar? Eu olho para a menina do meu tamanho que me aponta sua arma. Ela não tem um vestido. Ela só tem a parte de baixo de um vestido, algo que naquela época se chamava de anágua. Branca e velha e meio transparente. Eu posso sentir a sexualidade precoce dela, os seios apontando. E sinto que o que eles querem de mim é algo que vai me matar de outro jeito. E por sorte alguém passa na esquina, do outro lado da avenida, e eles fogem.

Fiquei ali, paralisada por não sei quanto tempo. E depois, sim, corri até a casa da minha tia. Cheguei lá coberta de manchas vermelhas por todo o corpo. Minha tia pensou que tinham me machucado fisicamente, mas era a minha alma que irrompia na pele. De novo. Daquele domingo em diante, me tornei “a guria dos 7”. Eles me esperavam na porta do colégio e me perseguiam pelas ruas gritando meu novo título. Todos os dias tornaram-se domingos.

Contei à minha família sobre o assalto com seringas. Mas omiti que era perseguida depois. Na minha infância não se falava em trauma. Nós éramos mais ou menos consolados, e a vida seguia sem muito espaço para dramas. Fazia parte do processo educativo aprender a resolver os próprios problemas desde cedo. Me virei como pude. Após algumas semanas de terror, minhas colegas de escola me ajudaram a enfrentá-los, e os três sumiram da porta do colégio.

Mas Ijuí era uma cidade pequena. Entre mim e a menina de rua criou-se uma relação de espelho. Nós acompanhávamos a vida uma da outra sem jamais termos nos falado novamente. Apenas nos cruzando pelas esquinas do centro. E espiando uma a outra, de longe. Ao testemunhar seu destino, ano após ano, e compará-lo ao meu, compreendi o que é desigualdade. A mais abjeta das desigualdades, a de origem. Compreendi que ela tinha me roubado 7 cruzeiros e a inocência, mas que a nossa queda de braço ela já tinha perdido ao nascer.

Em nossa relação silenciosa e secreta, no início eu sentia por ela um ódio intestino. A menina encarnava a minha humilhação, os meus temores mais íntimos e a causa dos desmaios que passei a ter, a cada vez que via uma agulha, e dos quais só consegui me livrar depois de adulta. Mas sempre que nos cruzávamos ela estava pior. E seu olhar agora não era mais desafiador nem jocoso, mas envergonhado e acuado. Eu crescia protegida – e ela era triturada pela rua.

Na última vez que a vi nós tínhamos uns quinze anos. Eu usava uma longa trança acobreada e era bonita. Como Chapeuzinho Vermelho, levava um doce para a minha avó, que morava perto da praça. Mas o lobo mau estava com ela. Era início da noite de um dia de semana. Ela estava numa esquina, menos vestida do que no dia em que nos conhecemos, e um homem velho ria e passava a mão no seu peito. Eu olhei para ela, e ela baixou os olhos.

Foi nosso último encontro. Eu não sei o seu nome, e é grande a probabilidade de que ela esteja morta. Mulheres de classe média como eu tentam aprender a envelhecer. Mulheres como ela tentam não morrer antes dos vinte. Pode ser que hoje ela só viva em mim – e a memória seja a única vida que eu possa lhe dar.

Naquele momento, aos nove anos, os meninos de rua me enfiaram, à força, na pele deles. Ao me ameaçarem de morte com seringas e agulhas, eu vivi o desamparo não de um, mas de todos os seus dias. Na rua, diante de uma casa onde eu não podia entrar, sem uma família que me protegesse. Para mim, era apenas um instante. Para eles, era a vida inteira.

No domingo ensolarado de 1975, a menina desnudada em uma anágua, ainda que com uma seringa na mão, era eu. Ela me vestiu a sua pele. E, de certo modo, parte dela nunca mais me deixou. Eu vi, nós duas vimos, o que aconteceu comigo. E o que aconteceu com ela. A diferença de nossos destinos se desenrolando num roteiro mudo pelas ruas da cidade pequena.

Escrevo também para mantê-la viva. Ela me ensinou que os dentes do mundo estão sobre nossos corpos. Muito mais no corpo dela do que no meu. Não há nada pior – nada – do que ser criança, menina, e viver (e morrer) no desamparo. Em algum momento no qual nossos olhos se encontraram, eu compreendi que a guerra não era entre nós. Nunca havia sido entre nós.

Em algum momento, fiz minha escolha. Por ela, por mim. Essa escolha definiu o que sou.

o índio que escrevia ave-marias

EU O ESPERAVA COM cocar e flechas, como nos filmes de caubói, mas ele chegou como pobre, com roupas de segunda mão, e um par de olhos que sorriam. A maioria de nós sorri com os olhos, mas no caso dele parecia que tinha mesmo uma boca em cada olho. Naquela manhã, eu havia acordado com a notícia: “Um índio vai passar uns dias hospedado aqui”, informou minha mãe, com um ar tão banal que poderia estar anunciando que minha avó estacionaria por uma temporada em nossa casa. Um índio? De verdade? “Teus irmãos convidaram, e ele já deve estar chegando.”

Minha família tinha essa peculiaridade. Meu pai acreditava que a casa só seria sólida se tivesse as portas e as janelas abertas para o mundo e para as novidades trazidas pelos filhos. Na noite anterior, ele tinha levado meus irmãos para assistir a uma palestra feita por um “índio da Amazônia”. Encantaram-se e não suportaram a ideia de ele dormir mais uma noite no hotel pulguento da rodoviária. Sentiram-se bastante à vontade para convidá-lo a se hospedar na nossa casa, cederam-lhe o próprio quarto e foi assim que ele ancorou na minha infância. Ele, Pedemar Maraguara Poram.

No início de sua aparição em nossas vidas, eu oscilava entre o fascínio e a vergonha. Já não era fácil ser “filha de comunista”, coisa que meu pai poderia ter sido, mas nunca foi, embora muita gente na cidade acreditasse que era. Ter um índio hospedado em casa era uma atenção extra que eu não desejava nos meus dez anos. Me sentia má por não o querer ali e pior ainda porque ele parecia mais em casa do que eu jamais me sentiria.

Pedemar era um paradoxo, e essa era uma palavra que eu ainda desconhecia. Enraizou-se em mim como impossibilidade e me lançou no mundo das contradições. Ele me era apresentado como um índio “de verdade” e tinha virado notícia no jornal de Ijuí. Mas e os outros, quem eram os outros que não seriam “de verdade”? Na cidade às vezes apareciam famílias indígenas, Kaingang e Guarani, a maioria, com seus cestos e uma humildade dolorosa. Esses não eram chamados de índios, mas de “bugres”. E bugre, desde pequena

eu percebia a forma como a palavra era bochechada na boca antes de virar som, era um outro menor do que nós, brancos de ascendência europeia. Só não era menor do que “negro” ou “preto”, um palavrão na sociedade racista em que eu vivia. Os bugres eram tolerados porque apareciam pouco e logo desapareciam na poeira vermelha (para onde iam?). Os pretos teimavam em viver lá, na “Rua do Aperto”, atrás da chácara do meu avô, que partia atrás deles de espingarda quando as crianças tiravam as frutas do pé para comer. Meu avô, que costumava mandar o recado: “Prefiro ter uma neta prostituta do que casada com um negro”.

E agora Pedemar estava lá, porque minha família era diferente. E doía em mim porque eu intuía que para sempre não saberia que lugar dar a ele na minha vida. Pedemar, mais do que todos nós, era um sem-lugar. Pela minha lembrança, esse nem sequer era o seu nome original, mas um outro, que veio com os brancos, um que ele acolheu e tornou dele. Pedemar, eu entenderia depois, tinha a ousadia das sínteses. Era um bravo. E era um sobrevivente.

Pedemar descia o mapa do Brasil dando palestras em escolas sobre “os costumes dos índios” e a “importância da natureza” (ninguém chamava de meio ambiente ainda), arrecadando dinheiro para o Parque Nacional do Xingu. E vinha aportar numa terra onde parte dos cidadãos ditos de bem “desbravavam”, naqueles anos 1970, o Mato Grosso e o que logo seria chamado de Mato Grosso do Sul. Esses “desbravadores”, que já tinham fazendas na região, mas queriam mais, invadiam dezenas de milhares de hectares de onde expulsavam famílias indígenas pela força, com o patrocínio da ditadura civil-militar. Pedemar, ele mesmo um filho do genocídio, estava ali, quando outro genocídio se passava lá.

Eu não sabia disso. Não ainda. Quando meus pais convidaram amigos para uma noite de despedida para Pedemar, na qual todos nós dizíamos a um gravador o que tínhamos aprendido com ele, eu lembro de ter balbuciado algo mais ou menos assim: “Eu achava que índio era o que os filmes americanos mostravam pra gente como bandidos, aqueles que são sempre vencidos pelos mocinhos da cavalaria, mas o Pedemar me ensinou o que é ser um índio e que bandidos são aqueles que querem roubar as terras dos índios”. Era o que se esperava de mim, filha de uma família politizada, proibida de ver seriados como *As panteras*, febre do final dos anos 1970, porque era “enlatado americano”. Até hoje sou um caso de estudo, porque imune à publicidade, já que na minha casa se tirava o som da TV na hora dos comerciais, para não escutarmos os apelos do mercado nem deixarmos de ouvir a voz um do outro. Era o que se esperava de mim, mas não era exatamente a verdade.

Para mim, a tragédia de Pedemar se dava nas palavras. Nas escritas. O que fazia com que as pessoas o aceitassem, quando escorraçavam todos os outros, era a sua arte. Pedemar exibia uma letra de corar de prazer um caderno de caligrafia. Com essa letra desenhada ele escrevia numa folha de ofício, com canetinhas coloridas que carregava com ele, a Ave-Maria. Não em português, mas na "língua de índio". E presenteava mulheres e homens com essas orações de arco-íris em que documentava a impossibilidade a qual tinha sido condenado, no caso dele pelo Marechal Rondon em pessoa.

Nesse ato, Pedemar simultaneamente habitava e desabitava a si mesmo. Ele não tinha mais terra nem aldeia, seus pais estavam mortos. Pedemar tinha a língua, o primeiro território de cada um. E estava ali, em Ijuí, a milhares de quilômetros da fronteira do Brasil com o Peru, onde tinha nascido, levando à sua língua os deuses do assassino. E com ela presenteando as senhorinhas da cidade, encantadas com o selvagem que tinha aceitado a religião dos brancos com uma letra de normalista. Foi meu primeiro contato com a violência contida na palavra escrita. E ela inscreveu-se em mim como marca inapagável.

Eu não elaborava dessa maneira, não ainda. Aos dez anos, eu apenas sentia – e sentia com muita intensidade – que havia algo de perturbador na Ave-Maria escrita em "língua de índio". Era isso o que deveria ter deixado gravado quando me pediram para contar o que tinha aprendido com Pedemar, mas isso era o indizível. Era o que então eu não sabia, literalmente, como dizer. E, hoje, ainda não sei – se sei dizer. Este é o último capítulo que escrevi neste livro. Era o capítulo que não estava lá. Aqui. Eu já tinha entregado o arquivo para a editora e, então, acordei no meio da noite. E soube que precisava enfrentar o que ainda não sei dizer. E digo sem saber, porque preciso continuar a me buscar. Digo porque essa impossibilidade, a palavra que habita e desabita ao mesmo tempo, talvez eu nunca saiba que lugar dar a ela. Como Pedemar, ela só pode ser – e se dizer – como não lugar.

Pedemar gostava de crianças e gostava especialmente de mim. Logo ele me adotou, e eu não saí mais de perto dele. Atravessávamos a cidade de mãos dadas, divertidos com a atenção um tanto escandalizada que recebíamos. Não sei por quantas semanas ele ficou lá em casa. O suficiente para, à noite, ficar sozinho cuidando de mim. Eu ouvia ameaças ocultas, ele partia como um bicho homem no encalço de meus sons imaginários. Quando eu acusava o risco, de imediato ele desligava as luzes da casa e, no escuro, começava a farejar o ar e a se movimentar com uma agilidade impressionante, subitamente perigoso. Me contou que um assaltante havia matado a sua mãe para lhe roubar um colar de

esmeraldas e não havia nada que ele desprezasse mais do que um ladrão. Nunca, em nenhum momento antes ou depois, eu me sentiria tão protegida como naquelas noites em que Pedemar me contava histórias de um mundo que então só vivia dentro dele e escutava o que eu escutava, afirmando que não deixaria nada de mal me acontecer. Foi a primeira e última vez que acreditei nessa promessa.

Um dia ele se foi, parte porque precisava seguir adiante com suas palestras a mando da Funai, parte porque meus irmãos precisavam voltar ao seu quarto e a família à sua rotina. Se foi com festas e com presentes. Semanas depois, numa tarde de sábado, Pedemar voltou. Mas já não o recebemos com tanto calor, de certo modo ele havia sido enganado de novo. Pensava que nós seríamos uma família e um lar para onde pudesse voltar, mas ele nunca tinha deixado de ser o estrangeiro, o outro. E eu para sempre terei vergonha por Pedemar ter descoberto essa traição no meu olhar.

Só soube dele novamente anos mais tarde. Li no jornal que uma das pontes das Sete Quedas havia se rompido, matando gente, e Pedemar, uma espécie de zelador do parque, fora responsabilizado. De novo o matavam. Era o verão de 1982, e eu estava grávida aos quinze anos. Meu útero era o mundo de uma vida nova, mas eu me sabia pária na cidade pequena, a mãe solteira, a "puta" que não quis casar. Sentia em mim a impossibilidade, o paradoxo. Como eu podia ser a geografia de alguém, se eu mesma era uma exilada do meu corpo?

Pedemar testemunhou o fim das Sete Quedas, submersa pelo lago da usina de Itaipu, crime para o qual não tenho um nome. Mais uma vez, um mundo era destruído, também ele virava água. À margem de lugar nenhum, o sem-lugar só se reconhece no exílio.

Três décadas depois, em 2013, eu o busco no Google e o descubro, centenário, num depoimento em vídeo postado no YouTube. O autor afirma que seu povo é o Ipixuna, eu sempre o lembrava como um Tucuna. Não Ticuna, mas Tucuna. Pedemar, explica o entrevistador, não quer divulgar seu paradeiro. Aprendeu que só pode permanecer se não for alcançado. Eu choro. Devo buscar aquele que não quer ser encontrado? O que dizer a ele, se eu ainda sou aquela que não sei dizer?

Canto então o canto terrível. Ele me ensinou, e eu ainda sei quase toda a Ave-Maria em "língua de índio". Não sei dizer a oração em português, só a sei na língua dele. No legado de Pedemar Maraguara Poram, a impossibilidade me habita como palavra. Enquanto eu respirar, a Ave-Maria estará lá, se cantando em mim.

meu corpo de palavras

ESCREVI COM FÚRIA nos anos que se seguiram à minha primeira poesia. A escrita foi se tornando dolorida. Dizia de uma criança que chutava o cimento. Que se sentia encurralada. Que questionava a existência de Deus. Que sangrava com a desigualdade do mundo. Tão calada sobre o essencial, eu agora gritava. Naqueles dias não importava se era bom ou ruim o que escrevia. Importava transformar dor em marca. Forjar um corpo para além do corpo, na letra.

Um dia meu pai apareceu com a ideia. Fazer do meu rastro de palavras um livro. A proposta me assustou – e encantou. Tinha dúvidas bem gordas sobre se era merecedora de transformar minha mais bem-sucedida tentativa de viver em algo tão grandioso quanto um livro. Mas meu pai achava que sim e, naquele momento, era o suficiente.

De repente, a filha errada estava no palco do teatro familiar. Pronta para ser exibida ao público. Minha mãe fez vestido novo para mim e para ela. Eu dei entrevistas para a imprensa da cidade. Posei para fotos. O livro foi lançado no salão do Clube Ijuí numa noite de casa cheia. Uma multidão de amigos dos meus pais compareceu para prestigiar minha sessão de autógrafos. Pela primeira vez, eu, a menina esquisita dos cantos escuros, estava iluminada. Era a autora de *Gotas da infância*. O título era do meu pai, o desenho pretensioso da capa era meu.

Quando a festa acabou, descobri que restava nua. Meu livro não era feito de letras, mas de carne. Senti como se cada um que tivesse levado o livro para casa possuísse agora um pedaço de mim. Me senti exposta na praça central da cidade, aquela que um dia atravessei para botar fogo na prefeitura. Exposta não apenas com a minha pele, eram as minhas vísceras que pendiam ao sol. E também o meu sexo. Eu não mais me pertencia. Ser lida por todos e por nenhum foi interpretado como um estupro.

O livro respirava como um corpo, o meu corpo. Encarnar-me em letras para mim não era metáfora. Quando me tornei repórter, sofria se alterassem o meu texto. Até hoje não suporto. Sou aberta a sugestões, mas quem escreve, com

palavras minhas, sou eu. Em meus textos sou a autora de todas as vírgulas. As faltas e também os excessos me pertencem. Só assim sustento o frágil equilíbrio que me mantém na posse de mim mesma.

Como explicar isso para um editor de jornal ou revista? E, caso explicasse, além de me classificarem como louca (e as mulheres são sempre classificadas como “loucas” ou como “vagabundas”, variando conforme o caso), o que mudaria? Lutei desde os primeiros dias em uma redação pelas minhas palavras. Nas muitas vezes em que meus textos foram mutilados, com mais frequência nos primeiros anos da minha vida de repórter, me encolhia no lugar mais protegido da casa em que morava no momento e ficava horas por lá até refazer a minha pele. Como Harry Potter, eu às vezes habitava o armário. No meu caso, por vontade própria.

Desde que comecei a escrever, ganhei uma saúde de gata vira-lata. Algumas vezes liguei para a redação para avisar que não poderia trabalhar porque estava doente, mas era mentira. Ou pelo menos não se tratava de uma gripe forte ou de uma intoxicação alimentar. Nessas ocasiões, faltava ao trabalho porque, depois de grandes embates, eu tinha perdido palavras, frases, parágrafos inteiros, e não reconhecia partes do texto-corpo como minhas. Isso me produzia uma sensação de não lugar, de perda das fronteiras corpóreas. Não sabia mais onde começava nem onde acabava. Não poderia encarar aqueles que haviam me violado.

Não sou capaz de esconder sentimentos, o que faz de mim uma aleijada social. O que vivo escapa pelos meus olhos. Quando meus textos eram despersonalizados, sentia o corpo esburacado, surpreendia-me que não deixasse sangue atrás de meus passos. Precisava curar o invisível mais concreto de mim para poder entrar na redação no dia seguinte e recomeçar a brigar. Nesses anos todos testemunhei muita gente se alienar da própria escrita para não sofrer. É uma alternativa. Bem cara. Para mim essa escolha nunca foi nem desejo nem possibilidade. Eu era o que escrevia. Sou.

Os melhores chefes que tive eram também grandes leitores – de livros e de gente. Faziam observações, mas não colocavam uma vírgula própria. Me devolviam o texto para que eu fizesse do meu jeito, se achasse sentido. Com esses, nunca “adoeci”. Uma vez um editor reescreveu meu texto inteiro em uma reportagem que me custara muito. Reduziu pessoas reais a alegorias de seus fantasmas. Não restou uma palavra viva. Naquele dia ele foi a Brasília para uma reunião. Deixou o novo texto em cima do teclado do meu computador. Era todo dele, um mostruário de suas dificuldades com o tema. Percebi que eu precisava fazer um gesto radical se quisesse proteger as pessoas que me contaram suas

histórias, assim como minha própria integridade, em um sentido profundo: amassei o texto e botei no lixo.

Quando ele me ligou para perguntar do fechamento, eu assumi: “Botei teu texto no lixo. Apurei essa reportagem por muito tempo, gravei e transcrevi cada palavra que me disseram, para que fosse exata, e me dediquei muito a escrever um texto que chegasse o mais perto das verdades todas. Se tu queria escrever sobre o tema, deveria ter feito a matéria. Esta é minha”. Recuperei meu texto e o coloquei no arquivo final. Quando o editor voltou, me tirou duas páginas como “castigo”. Não me demitiu e nunca voltamos a falar do assunto.

Sempre cuidei do meu texto até o momento de ir para a gráfica. Ficava perto dele enquanto passava por todas as etapas. Aprendi a dominar o processo para poder acompanhá-lo. Tenho grande respeito pelo fotógrafo, o diagramador e a equipe de revisão, com quem discuto o melhor jeito de narrar aquela história desde o início. Sei que, numa reportagem, cada um conta uma parte. E para contar bem a sua parte é preciso primeiro se sentir parte. Como editora de minhas reportagens, a mim cabe garantir que todas as partes dialoguem entre si. Quando me descobriam pela redação nas madrugadas, a última a ir embora, alguns colegas achavam que era exagerada. Eu sou exagerada. Por que eu não deveria ser exagerada?

Minha vigília é pelas pessoas que abriram a porta para me receber e se contar, é pelo respeito que tenho pela minha própria vida, que se expressa na narrativa da vida de um outro. Se traísse ou permitisse que traíssem as histórias abaixo do meu nome, tenho a sensação de que elas viriam bater à minha janela, como seres a quem lhes tivessem roubado pernas e braços, um pedaço do fígado, o coração escorrendo como numa pintura de Salvador Dalí. Se isso é loucura, acho que a minha faz mais bem ao mundo do que a lucidez de uns tantos.

Publicar meus textos, seja em papel ou na internet, por muito tempo me provocou um sentimento ao mesmo tempo fascinante e aterrador. De certo modo, era flertar com o risco de me perder ao me dar ao outro, já que é o meu corpo que ofereço. Às vezes passava noites acordando em susto depois da publicação de uma reportagem ou de um artigo ou do lançamento de um livro, com a sensação de estar sem pele e sobrar em carne viva. Ou com um buraco entre os seios por onde os leitores podiam investigar meu fundo sem fundo, como se eu fosse uma daquelas aberrações de circo expostas à visitação pública.

Às vezes, ainda é assim. Volto a vestir a nudez do meu primeiro livro, aos onze anos. Mas, hoje, há uma parte vital de mim que se coloca fora de alcance.

É a parte que me mantém sã. Sou lida, mas o corpo me pertence.

Gotas da infância marcou o fim da infância.

Parei de escrever. Cessei. Tranquei as letras em lugar inalcançável até para mim.

E entrei na adolescência sem palavras.

silêncio

salva por uma bomba

DIANTE DE MIM, ele falava com as mãos e com o corpo inteiro. Pronunciava bem a palavra, com a boca, a língua e todos os dentes, para que nós, seus alunos do final do curso de jornalismo, pudéssemos apalpá-la com os olhos e os tímpanos. O contato nos tornaria capazes de alcançar a complexidade dos signos com que documentaríamos, como repórteres, o movimento da história. A forma como a palavra era um corpo no qual cabia a coisa e o efeito da coisa, o significante e o significado.

– Booooomba.

Eu o acompanhava como se estivesse na plateia de um show de ilusionismo. A bomba atingiu minha porção viva. Salvou-me. Comecei a reconstituir meu corpo pelo som – estrondo – da palavra que simbolizava uma arma de destruição. E por um professor chamado Marques Leonam (Manoel ao contrário, como ele costuma explicar).

Com apenas um metro e sessenta e quatro de altura, esse gaúcho do Alegrete foi um dos poucos gigantes do mundo real que conheci. Depois de contar o Rio Grande como repórter, virou professor. Não um qualquer, mas um que faz seus alunos dividirem a vida entre a.L e d.L (antes e depois do Leonam).

Tropeçou em mim, tímida e assustada, no final da faculdade. Cabelo quase raspado, saia-cinto, botas até as coxas, quando não coturnos, a agressividade em *dark* da minha imagem, versão anos 1980, não enganou nem um fio do bigode do Leonam. De imediato ele adivinhou o buraco em mim. Fazíamos estágio na universidade por causa de uma lei que proibia fazer fora. A lei era estúpida, mas, algumas raras vezes, a estupidez nos ajuda. Comigo, foi esse o caso. O Leonam valeu por toda a faculdade e valeria por um estágio na *New Yorker*.

Eu chegara até ali nem sei bem como. Me inscrevi no vestibular sem esperança ou convicção. Tinha a intenção de escolher informática, possivelmente porque não tinha noção do que se tratava. No gramado da universidade, mudei de ideia. Marquei lá: jornalismo. Em outro vestibular, já tinha me inscrito para biologia. E depois desse, ainda tentei história. Acabei fazendo jornalismo e três anos do curso de história, em universidades diferentes.

Aposta em nenhuma. Eu tinha certeza de que não servia para nada. Menos ainda para uma profissão que me obrigaria a ter contato com pessoas.

Entre o lançamento do meu primeiro livro, aos onze anos, e a bomba do Leonam, aos vinte e um, eu vi meu corpo de menina virar corpo de mãe. Eu era um corpo que se transformava ao ser violado de fora para dentro e de dentro para fora. Tão incorporada estava que me desincorporei. Tomada pela literalidade da carne, a abissal realidade do corpo, me perdi da possibilidade de me subjetivar pelas palavras. Eu era delicada demais para a puberdade e para toda a violência que vem com a condição feminina quando o corpo se torna um corpo para o sexo.

A bomba – o signo da coisa e não a coisa – resgatou em mim a possibilidade de que o horror pudesse ser pronunciado sem que eu morresse – ou matasse. Quando dita, a bomba poderia salvar. Como aconteceu. Me salvou porque podia ser dita. E era dita por um homem cujo olhar amoroso me devolvia uma chance de existir no corpo, mas também para além do corpo.

Quando engravidei, aos quinze anos, eu não conseguia dizer. Tentava contar para os meus pais, mas a voz não saía. Ensaiava e nada, a garganta se fechava. Quando já estava no quarto mês de gestação, a barriga começando a espichar e os boatos rolando pelas ruas como pedras, meus pais me chamaram numa tarde para uma conversa. Ficamos nós três trancados dentro do quarto deles. Eles sentados na cama, eu numa poltrona diante deles. “Tu tens algo para nos contar”, disse meu pai. Eu tinha. Mas não conseguia.

Minha sensação é de que ficamos emparedados por horas. Fazia parte da crença pedagógica dos meus pais que fosse eu a dizer. Era eu quem tinha de pronunciar meu pecado. Mas eu não conseguia. O quarto estava escuro, janelas fechadas e luzes apagadas. O segredo oculto dentro da casa, respirando. De volta ao túmulo. Eu.

Depois do que foi a única eternidade que conheci, eu disse. Enfim disse: “Estou grávida”. Foi quase uma tosse, um soluço, talvez um vômito. Meus pais choraram. Não um choro contido, a conta-gotas. Mas um tsunami. Eu nunca tinha visto meu pai chorar – e nunca mais veria. Percebi que as palavras poderiam matar. E que as minhas mataram algo no meu pai. Minha mãe finalmente tinha uma filha para salvar. Mas meu pai havia me perdido. Ele só conseguiria voltar a me olhar muitos anos mais tarde.

Aquela frase – “Estou grávida” – caiu como uma bomba. O clichê, nesse caso, é necessário. Era como eu me expressava, nas poucas vezes em que consegui contar o episódio para outra pessoa. “Parecia que tinha caído uma

bomba sobre o meu pai.” As palavras, que na minha infância tinham me dado um corpo, uma existência possível, dessa vez me roubaram tudo. Tornei-me uma imagem incômoda e cada vez maior evolucionando sem som pela casa. As palavras calaram-se em mim. Restava-me um corpo de menina transformando-se em corpo de mãe, sem antes ter virado um corpo de mulher. A metamorfose de Kafka não alcançava o que senti. Naquele momento perdi também a palavra oral.

Só voltaria a recuperá-la neste século, muito depois de ter resgatado a escrita, quando os livros me obrigaram a andar pelo mundo fazendo palestras. Até bem poucos anos atrás, dizer de mim para mais de meia dúzia de pessoas me fazia suar frio, tremer e gaguejar, até a paralisia. Sentia que catástrofes poderiam acontecer se eu dissesse de mim. Estancava a minha fala, em um segundo deixava de ser uma mulher adulta para virar uma menina balbuciante.

Aos poucos percebi que só poderia me colocar diante do outro, de todos os outros, como eu era. Quebrada. Com toda a integridade das minhas fraturas, das quais finalmente fiz um vitral. Uma quebrada diante de quebrados, esse é o pacto em meus encontros públicos. Ainda em 2012, durante uma palestra numa favela do Rio, um homem comentou, referindo-se à minha fragilidade exposta: “Achei, num determinado momento, que você se desmancharia”. Respondi: “Eu quase me desmancho”. Quase. Minha força é, agora eu sei, saber-me quebrada.

No final da faculdade, o signo da coisa, pronunciado pelo professor amoroso, começou a me devolver a subjetividade – a palavra. E com ela uma possibilidade de existir como mulher, apropriando-me do meu corpo de mulher, sem que habitá-lo fosse uma violação cotidiana.

– Booooooomba.

A palavra fez a volta, mas como na fita de Moebius. Libertei as letras, e elas emergiram dos meus abismos como voragem. Voltei a escrever. Dessa vez, uma vida para mim.